

Transcrição da Ata da 75ª Reunião Ordinária do Conselho de Desenvolvimento Territorial do Litoral Paranaense, realizada no dia 06 de dezembro de 2021, presidida pela Sra. Fabiana Campos - Presidente *ad hoc*, e Secretariada pela Sra. Larisseane de Souza Ribeiro - Secretária Executiva.

A Sra. Secretaria Executiva:- Boa tarde a todos. Primeiramente gostaria de me apresentar a todos vocês. Meu nome é Larisseane, durante esse ano, ali por meados de março, fui designada para ficar aqui na Secretaria Executiva em substituição à Rosana Castella. Hoje é a primeira reunião on-line do Colit, imagino que muitos de vocês estão habituados com a sistemática da reunião on-line, mas vou explicar, mais ou menos, como a gente vai fazer.

Anteriormente, quando tínhamos as reuniões presenciais, a gente tinha a listinha de chamada que servia para comprovar quem esteve presente e também como assinatura de todos os atos aqui que são referendados. Como a gente não tem essa listinha de presença no formato on-line, o que a gente pede para vocês? Que inicialmente todo mundo se apresente, falando o nome completo e a instituição que está representando. No momento da verificação do quórum, eu vou chamar cada pessoa e cada entidade para que se apresente.

Eu gostaria de perguntar à Diretora-Geral, Fabiana, que neste ato está representando o Presidente do Conselho, Márcio Nunes, se ela gostaria de já tomar a palavra ou se já podemos conferir o quórum?

A Sra. Presidente:- Obrigada, Lari. Podemos conferir o quórum e daí já falo na sequência. Obrigada. Fabiana Campos, Diretora-Geral, Sedest.

A Sra. Secretária Executiva:- Obrigada, Fabiana.

Então, como falei para vocês, quando eu chamar o nome e a instituição que estão representando. Pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano, João Carlos Ortega ou Carlos Augusto Storer. Tem algum representante da SEDU? (Pausa)

Pela Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral - SPL, Carlos Alberto Neto ou Fabrício Miyagima.

O Sr. Conselheiro Fabrício Miyagima (SPL):- Fabrício Miyagima.

A Sra. Secretária Executiva:- Obrigada. Pela Secretaria de Educação Esporte, Eliana de Fatima e Silva ou Simone Aparecida Ferreira.

A Sra. Conselheira Eliana de Fátima e Silva:- Eliana de Fátima e Silva.

A Sra. Secretária Executiva:- Obrigada. Pela Secretaria de Infraestrutura e Logística, Sandro Alex Oliveira ou Kamille Tombely Gumurski. Algum representante da SEIL? (Pausa) Pela Secretaria da Comunicação e Cultura, Rafael dos Santos ou Amanda dos Santos Kierski.

O Sr. Conselheiro Rafael dos Santos (SEIL):- Rafael dos Santos, presente.

A Sra. Conselheira Amanda dos Santos Kierski (SEIL):- Amanda dos Santos Kierski, presente.

A Sra. Secretária Executiva:- Obrigada. Pela Secretaria da Agricultura e do Abastecimento, Maurício Tadeu Lunardon ou Paulo Roberto Christóforo. Algum representante da Secretaria da Agricultura e Abastecimento - SEAB? (Pausa). Pela Superintendência de Ciência Tecnologia e Ensino Superior - SETI, Aldo Nelson Bona ou Jonathan Dieter. Algum representante da SETI? (Pausa) Pela Procuradoria Geral do Estado do Paraná, Dr. Paulo Roberto Glaser ou Dr. Antônio Sérgio Bione Pinheiro.

O Sr. Conselheiro Paulo Roberto Glaser (PGE):- Paulo Roberto Glaser, presente.

A Sra. Secretária Executiva:- Obrigada. Pela Superintendência da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, a gente não teve indicação. Tem algum representante dos Portos de Paranaguá e Antonina? (Pausa). Pelo Instituto Água e Terra, Amílcar Cavalcante Cabral ou Daniele Prim.

A Sra. Conselheiro Danielle Prim (IAT):- Danielle Prim, suplente do Dr. Amílcar Cavalcante Cabral que é titular.

O Sr. Conselheiro Amílcar Cavalcante Cabral (IAT):- Amílcar Cavalcante Cabral, presente.

A Sra. Secretária Executiva:- Obrigada. Pela Paraná Turismo, Isabela Tioqueta ou Evandro da Silva Pinheiro. Algum representante da Paraná Turismo? (Pausa). Pela Prefeitura Municipal de Antonina, José Paulo Vieira Azim ou Fábio Azevedo. (Pausa). Pela Prefeitura Municipal de Antonina, tem algum representante? (Pausa). Pela Prefeitura Municipal de Guaraqueçaba, Hayssan Colombes Zahoui. Algum representante da Prefeitura Municipal de Guaraqueçaba? (Pausa). Pela Prefeitura Municipal de Guaratuba, Roberto Justus ou Cláudio Luiz Dal Col.

O Sr. Cláudio Luiz Dal Col (PM Guaratuba):- Cláudio Luiz Dal Col, Secretário de Urbanismo.

A Sra. Secretária Executiva:- Obrigada. Pela Prefeitura Municipal de Matinhos, Ari Antônio Alves Sobrinho ou José Carlos do Espírito Santo. Algum representante da Prefeitura Municipal de Matinhos? (Pausa). Pela Prefeitura Municipal de Morretes, Tatiana Perim ou Jandaíra dos Santos Moscal.

A Sra. Conselheira Tatiana Brandão Perim (PM Morretes):- Tatiana Brandão Perim, Secretaria de Meio Ambiente, Cultura e Urbanismo, e a Jandaíra também está aqui, pode se apresentar.

A Sra. Conselheira Jandaíra dos Santos Moscal (PM Morretes):- Jandaíra dos Santos Moscal.

A Sra. Secretária Executiva:- Obrigada. Pela Prefeitura Municipal de Paranaguá, Marcelo Elias Roque ou Vinícius Higashi.

O Sr. Vinícius Higashi (PM Paranaguá):- Vinicius Higashi, pela Prefeitura de Paranaguá.

A Sra. Secretária Executiva:- Obrigada. Temos algum representante da Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná? (Pausa). Pela Universidade Federal do Estado do Paraná, no campus do litoral, César Aparecido da Silva ou Fernando Augusto Silveira.

O Sr. Conselheiro César Aparecido da Silva (UFPR):- César Aparecido da Silva, presente.

O Sr. Conselheiro Fernando Augusto Silveira Armani (UFPR):- Fernando Augusto Silveira Armani, presente.

A Sra. Secretária Executiva:- Obrigada. Pela Universidade Federal também, mas pelo Centro de Estudos do Mar, Rodolfo José Angulo ou Paulo da Cunha Lana.

O Sr. Conselheiro Rodolfo José Angulo (UFPR/CEM):- Rodolfo José Angulo, presente.

A Sra. Secretária Executiva:- Obrigada.

O Sr. Conselheiro Fernando Armani (UFPR/CEM):- Só uma informação, na realidade está trocado, o meu nome, César e o Armani somos do Centro de Estudos do Mar.

O Sr. Conselheiro Rodolfo José Angulo (UFPR/CEM):- Nós fomos indicados pela reitoria, o Paulo Lana e eu.

A Sra. Secretária Executiva:- Certo. A gente vai fazer essa alteração aqui. Obrigada. Pela PUC, campus litoral, Alessandro Bertolino ou Jefferson Ulisses da Cunha.

O Sr. Conselheiro Jefferson Ulisses da Cunha (PUC):- Jefferson Ulisses da Cunha, campos Curitiba.

O Sr. Conselheiro Alessandro Bertolino (PUC):- Alessandro Bertolino, PUC, também campus Curitiba.

A Sra. Secretária Executiva:- Obrigada. Pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, Mariana Barbosa Druszcz ou Lúcio Correa Moura.

A Sra. Conselheira Mariana Barbosa Druszcz (CREA):- Mariana Barbosa Druszcz, presente, pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia.

A Sra. Secretária Executiva:- Obrigada. Pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Paraná, temos algum representante? Não houve indicação. (Pausa) Pelo Conselho Regional de Biologia do Paraná - CRBio 7ª Região, Paulo Luciano da Silva ou Camila Domit. Algum representante do Conselho Regional de Biologia do Paraná? (Pausa) Pelas Associações Comerciais do Litoral, Ércio Luiz ou Gilberto Espinosa. Algum representante das Associações Comerciais do Litoral? (Pausa). Pela Federação dos Pescadores do Estado do Paraná, Edmir Manoel Ferreira ou Ademir Costa Freire.

O Sr. Conselheiro Edmir Manoel Ferreira (FPPR):- Edmir Manoel Ferreira, Presidente da Federação dos Pescadores do Paraná, presente.

A Sra. Secretária Executiva:- Obrigada. Pela Agência de Desenvolvimento do Turismo Sustentável no Litoral do Paraná - Adetur, tem algum representante? Também não houve indicação. (Pausa). Pelas Entidades Ambientalistas: Centro de Estudos e Defesa e Educação Ambiental, Luiz Arthur da Conceição ou Guilherme Carmassi.

O Sr. Conselheiro Luiz Arthur Klas Gineste da Conceição (CEDEA):- Luiz Arthur, presente.

A Sra. Secretária Executiva:- Pela Associação MarBrasil, tem algum representante?

O Sr. Conselheiro Juliano Dobis (MarBrasil):- Juliano Dobis representando a Associação MarBrasil, presente.

A Sra. Secretária Executiva:- Obrigada. Pelo Observatório de Justiça e Conservação, Camila Maia.

A Sra. Conselheira Camila Maia (OJC):- Camila Maia, representando o Observatório de Justiça e Conservação.

A Sra. Secretária Executiva:- Obrigada. Pela Federação das Indústrias do Estado do Paraná, Paulo Quintiliano Moura. Tem algum representante da FIEP? (Pausa). Pela Federação da Agricultura do Estado do Paraná - FAEP, Carla Beck ou Bruno Vizoli. Algum representante da FAEP. (Pausa). Pelo Sindicato Estadual dos Servidores Públicos da Agricultura, Meio Ambiente, Fundepar e afins do Estado do Paraná - Sindiseab. Não houve indicação formal. Temos algum representante do Sindiseab? (Pausa). Como observadores convidados, temos aqui a Procuradoria-Geral de Justiça do Ministério Público, Dra. Dalva Marin Medeiros que avisou, de antemão, que não poderia participar da reunião, e Vanessa Scopel Bonatto. Tem algum representante do MP? (Pausa). Pelo ICMBio, Maria Carolina Portes ou Ivan Luís Fávoro.

A Sra. Conselheira Maria Carolina Portes (ICMBio):- Maria Carolina Portes, NGI - Núcleo de Gestão Integrada de Curitiba, representando o ICMBio.

A Sra. Secretária Executiva:- Obrigada. Pelo Ibama, Ralph Albuquerque ou Linus Menezes da Silva. (Pausa). O Ralph Albuquerque se identificou aqui no chat, está com problema de áudio e vídeo, mas está presente. Pela SPU. Josiane Aline da Silva ou Luciê Mara Winter.

A Sra. Conselheira Josiane Aline da Silva (SPU):- Josiane, presente.

A Sra. Secretária Executiva:- Obrigada.

O Sr. Conselheiro Maurício Lunardon (SEAB):- Eu cheguei um pouquinho atrasado, Maurício Lunardon, da SEAB.

A Sra. Secretária Executiva:- Temos exatamente dezoito membros, que é o suficiente para termos quórum e iniciarmos oficialmente a reunião.

A Sra. Presidente:- Perfeito.

O Sr. Conselheiro Roberto Justus (Prefeito de Guaratuba):- Boa tarde, Larisseane, boa tarde a todos. Fabiana, pedindo para registrar presença e estou representado pelo meu Secretário de Urbanismo, que já respondeu a chamada.

A Sra. Secretária Executiva:- Obrigada.

O Sr. Conselheiro Roberto Justus (Prefeito de Guaratuba):- De nada.

A Sra. Presidente:- Bom, então se temos o quórum, temos dezenove agora com Guaratuba?

A Sra. Secretária Executiva:- Guaratuba já estava contado.

A Sra. Presidente:- Tá joia. Obrigada. Obrigada a todas e todos. Sejam muito bem-vindas, muito bem-vindos à nossa primeira reunião on-line do Colit, após um tempo sem reuniões, agora a gente retoma as reuniões do Colit. Precisamos manter a frequência adequada, como está previsto de acordo com o Regimento, o número de reuniões.

Em nome do Secretário Márcio, gostaria de agradecer a dedicação, a participação de cada um, de cada uma, para os temas que são tratados neste Conselho, temas importantes para o desenvolvimento do Estado do Paraná, para o desenvolvimento do nosso litoral. Então, em nome do Secretário, agradeço a contribuição, o tempo que vocês dedicam para este Conselho e pra gente é de extrema importância contar com o trabalho de cada um, de cada uma de vocês.

Larisseane, neste momento, como primeiro item da pauta, chamar os novos Conselheiros nominalmente. Como já foi feita a chamada, então a Larisseane só vai fazer a leitura da indicação dos novos Conselheiros. Por favor.

A Sra. Secretária Executiva:- Perfeito. Rapidamente: pela Sedest, Secretário Márcio Nunes, Fabiana Campos; pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano, João Carlos Ortega e Carlos Augusto Storer; pela Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral - SPL, Carlos Alberto Neto e Fabrício Miyagima; pela Secretaria de Educação Esporte, Eliana de Fátima e Silva Vieira e Simone Aparecida Ferreira; pela Secretaria de Infraestrutura e Logística, Sandro Alex Oliveira e Kamille Tombely; pela Secretaria da Comunicação e Cultura, Rafael Balistieri dos Santos e Amanda dos Santos Kierski; pela Secretaria da Agricultura e do Abastecimento, Maurício Tadeu Lunardon e Paulo Roberto Christóforo; pela Superintendência de Ciência Tecnologia e Ensino Superior - SETI, Aldo Nelson Bona e Jonathan Dieter; pela Procuradoria Geral do Estado do Paraná - PGE, Paulo Roberto Glaser e Antônio Sérgio Bione Pinheiro; pela Superintendência da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina não houve indicação até o momento; pelo Instituto Água e Terra, Amílcar Cavalcante Cabral ou Danielle Prim; pela Paraná Turismo, Isabela Tioqueta e Evandro da Silva Pinheiro; pela Prefeitura Municipal de Antonina, José Paulo Vieira Azim e Fábio Azevedo; pela Prefeitura Municipal de Guaraqueçaba, Hayssan Colombes Zahoui; pela Prefeitura Municipal de Guaratuba, Roberto Justus e Cláudio Luiz Dal Col; pela Prefeitura Municipal de Matinhos, Ari Antônio Alves Sobrinho e José Carlos do Espírito Santo; pela Prefeitura Municipal de Morretes, Tatiana Perim e Jandaíra dos Santos Moscal; pela Prefeitura Municipal de Paranaguá, Marcelo Elias Roque e Vinícius Higashi; não houve indicação pela Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná; pela Universidade Federal do Estado do Paraná, no campus do litoral, Rodolfo José Angulo e Paulo da Cunha Lana; pela Universidade Federal do Paraná, Centro de Estudos do Mar, César Aparecido da Silva e Fernando Augusto Silveira Armani; pela PUC, campus litoral, já falaram que é o campus de Curitiba, Alessandro Bertolino e Jefferson Ulisses da Cunha; pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, Mariana Barbosa Druszcz e

Lúcio Correa Moura; não houve indicação do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Paraná; pelo Conselho Regional de Biologia do Paraná - CRBio, Paulo Luciano da Silva e Camila Domit; pelas Associações Comerciais do Litoral, Ércio Luiz e Gilberto Espinosa; pela Federação dos Pescadores do Estado do Paraná, Edmir Manoel Ferreira e Ademir Costa Freire; pela Agência de Desenvolvimento do Turismo Sustentável no Litoral do Paraná - Adetur, não tivemos resposta; pelo CEDEA - Centro de Estudos e Defesa e Educação Ambiental, Luiz Arthur Gineste da Conceição e Guilherme Carmassi; pela Associação MarBrasil, Juliano Dobis; pelo Observatório de Justiça e Conservação, Camila Maia; pela Federação das Indústrias do Estado do Paraná, Paulo Quintiliano Moura; pela Federação da Agricultura do Estado do Paraná - FAEP, Carla Beck e Bruno Vizoli; pelo Sindicato Estadual dos Servidores Públicos da Agricultura, Meio Ambiente, Fundepar e afins do Estado do Paraná - Sindiseab, não houve indicação; e como observadores convidados, pelo Ministério Público, Dra. Dalva Marin Medeiros e a Vanessa Scopel Bonatto; pelo ICMBio, Maria Carolina Portes e Ivan Luiz Fávaro; pelo Ibama, Ralph Albuquerque e Linus Menezes da Silva; e pela SPU, Josiane Aline da Silva e Luciê Mara Winter.

A Sra. Presidente:- Obrigada, Larisseane pela leitura. Agora, então, eu deixo aberta a inscrição para a Tribuna Livre. Quem tiver interesse, ao final, na pauta de Assuntos Gerais, usar o espaço da Tribuna Livre, solicito que se manifeste, se inscreva, por favor, dentro do chat, o nome e a instituição dizendo que gostaria de fazer uso da Tribuna. Desde já, então, agradeço.

Passamos, então, para o item três, que é a Ordem do Dia pautada e enviada às senhoras e aos senhores Conselheiros. Então, começamos pelo relato das atividades do Conselho no período da pandemia, que foi esse período que acabamos não efetuando nenhuma reunião, nem presencial nem on-line. Então, a Larisseane vai explanar um pouquinho das atividades do Conselho, para ciência dos senhores e das senhoras. Larisseane, devolvo a palavra.

A Sra. Secretária Executiva:- Obrigada, Diretora. Estamos anotando quem está querendo fazer o uso da Tribuna Livre. Só para deixar claro, durante o período da pandemia, embora a gente não tenha tido nenhuma reunião do Pleno, tem outras

atividades do Colit que continuaram acontecendo, e inclusive outras reuniões que não são do Pleno que também aconteceram para que o Colit não ficasse parado durante todo esse tempo.

Inicialmente foi um grande desafio para todas as Secretarias articular como seria feito esse novo formato de trabalho, porque estávamos muito acostumados com as reuniões presenciais, com aquela reunião em volta da mesa para fazer as discussões. Muita gente teve que se adaptar a novas tecnologias, aos novos canais de conversa, mas, mesmo assim, apesar de a gente não ter conseguido fazer as reuniões com tanta periodicidade que o Regimento Interno exige, o Conselho não parou, o Conselho continuou trabalhando e é isso que eu quero mostrar para vocês.

Eu vou compartilhar aqui a tela, esse não é um documento que foi encaminhado para vocês, porque é uma planilha de controle que a gente tem aqui no Conselho que a gente tem todas as nossas anuências prévias. Todas as anuências prévias que chegaram aqui, não só no período de pandemia, mas todas as que passaram. Aqui, no período de pandemia, a gente teve dezoito protocolos de anuência prévia do município de Guaratuba, quarenta e três protocolos de anuência prévia do município de Matinhos e dois protocolos de anuência prévia do município de Paranaguá.

Aqui vocês conseguem ver que é separado por município. Os processos de anuência prévia, para todos aqueles que são novos Conselheiros, consistem em empresas construtoras normalmente que apresentam aqui no Conselho documentações para que o nosso técnico avalie se a construção que se pretende fazer está de acordo com os decretos estaduais. Então, eles trazem pranchas de arquitetura que são estudadas, avaliadas e, quando necessário, corrigidas. E, após essa análise do nosso arquiteto Marcelo, ele emite uma informação técnica informando se defere ou indefere esta anuência prévia para depois a gente emitir, eu como Secretária Executiva, emito a anuência prévia para todas essas solicitações.

A gente tem poucos casos aqui de indeferimento de anuências prévias. Inclusive muito do que se precisa fazer no litoral gira em torno da necessidade dessas anuências prévias. Como é de conhecimento geral, uma das competências

do Colit é exatamente essa emissão das anuências e, por conta disso, muito se discute sobre as legislações municipais, inclusive sobre os planos diretores e como os municípios se regulamentam. Alguns municípios até vêm conversar com a gente, porque entendem a aplicação de uma regra de uma forma diferente ou tem a própria mudança no município. Por isso que é importante não só que o Colit tenha ciência do que está acontecendo, mas que também a gente traga, o que os municípios do nosso litoral estão precisando de atualização dentro da sua municipalidade. E isso também engloba os planos diretores que muitos deles precisam de revisão, necessitam dessa revisão há algum tempo que também deve ser encaminhada para o Colit e analisada pelo Cema.

Como são muitas anuências prévias e elas são técnicas, eminentemente técnicas, não tem uma Câmara ou não é trazido para o pleno cada um desses projetos. Então, o que eu trago aqui para vocês é uma ciência. Como são informações genéricas, não foi repassado para vocês, só está aqui o número dos protocolos, a data, se foi deferido, qual a informação técnica, anuência prévia para que vocês realmente tenham ciência do que aconteceu no período de pandemia. Apesar de a gente não ter as reuniões no pleno, continuamos aqui com as análises dos projetos que fortalecem tanto o turismo do litoral quanto a infraestrutura. Fora isso, é muito importante ressaltar que a gente teve as reuniões da Câmara Técnica de Gerenciamento Costeiro.

A Câmara Técnica foi instituída por uma resolução secretarial que tem como objetivo juntar os técnicos, as pessoas com conhecimento da área para analisar as questões do litoral. Nesse sentido, durante a pandemia, a Câmara Técnica tem certa independência e continuou seus trabalhos em formato de reunião on-line. Essas reuniões, por serem vinculadas aqui ao Conselho do Litoral, estão disponíveis no nosso site, aqui nas reuniões do Colit, onde qualquer pessoa pode conferir os vídeos das reuniões. Assim como essa reunião plenária vai estar disponível aqui...

A Sra. (não se identificou):- Desculpa, continua aparecendo a planilha. Você estava mostrando no outro site?

A Sra. Secretária Executiva:- Estou. (Pausa). Estão vendo? (Assentimento). Vou voltar aqui ao site do Colit só para mostrar para vocês onde achar. Então, como estava falando, a gente teve a continuidade das reuniões da Câmara Técnica de Gerenciamento Costeiro, todas as reuniões podem ser acompanhadas aqui, por esse link, acompanhe as webs reuniões, onde aqui, abrindo as abas, temos todas as reuniões que foram feitas principalmente nesse ano, que foi quando foram retomadas as reuniões no formato on-line.

Nesse sentido, é importante esclarecer que alguns pontos já estão na pauta do que foi discutido nessas reuniões, mas, só para fazer um breve relato para vocês, a Câmara Técnica de Gerenciamento Costeiro trabalhou principalmente com o Plano de Gerenciamento Costeiro, que é uma incumbência do Colit, que a gente vai falar um pouco mais para frente, e também com outras demandas que vêm principalmente do Ministério Público como a pavimentação da PR-405, que também está na pauta que foi amplamente discutida tanto com o IAT quanto com o Ministério Público, com a Federal, para que fosse organizado, para que fosse entrado em consenso com o termo de referência para dar seguimento às tratativas da pavimentação.

Além disso, tivemos a renovação dos Conselheiros, como vocês sabem, e nesse ano também a gente teve as eleições das ONGs que também é um ponto da pauta, vamos falar no ponto específico, e principalmente essas foram as atividades que a gente conseguiu manter e registrar nesse período de pandemia.

Embora os processos pareçam que não são grande volume, para quem vê por cima, são muito complexos e carecem de um tempo relativamente grande de análise e nesse momento a gente só estava com um técnico analisando.

Então, realmente, o Conselho nunca parou de trabalhar, o Secretário sempre priorizou as anuências prévias e permitiu que sempre o Conselho pudesse dar continuidade aos trabalhos, sem parar de fazer as suas análises ou qualquer uma das discussões. O que houve mesmo nesse período foi uma adaptação da pandemia. Eu assumi o Conselho ali em meados de março e só tenho a agradecer à Secretária Executiva Rosana Castella por todo o trabalho que efetivou até então, porque ela

também enviou grande parte das reuniões da Câmara Técnica de Gerenciamento Costeiro.

Então, é isso que eu gostaria de mostrar a vocês e dá-los a ciência.

A Sra. Presidente:- Obrigada, Lari. Parabéns pelo seu empenho, sua dedicação ao longo desses meses. A Larisseane, gente, só para compartilhar com os senhores, antes de abrir a palavra, está nessa semana passando de trinta e nove para quarenta semanas de gestação. Então, nós estamos com a nossa Secretária Executiva conduzindo a reunião que, nos próximos dias, já vai ganhar um bebezinho. Então, está aqui na reunião, às vezes, falta um pouquinho de fôlego, mas é porque está na reta final da gravidez. Então, a qualquer dia pode se tornar mamãe fresca.

Então, eu abro agora a palavra para discussão à respeito das atividades do Conselho nesse período em que a Larisseane apresentou. Quem quiser usar palavras, por favor, use o recurso de levantar a mão ou faça um breve aceno para que a gente possa... O Rodolfo acho que quer fazer uma pergunta. Por favor, Rodolfo.

O Sr. Conselheiro Rodolfo Angulo:- A pergunta que eu tinha era se teve alguma anuência, alguma atividade relacionada às obras da revitalização da Orla de Matinhos, da engorda de praia, porque não tinha visto nada no Colit relativo à essa obra. Essa era a pergunta.

A Sra. Presidente:- Ok. Obrigada, Rodolfo. Lari, por favor.

A Sra. Secretária Executiva:- No momento, não teve ainda nenhuma reunião sobre a revitalização da Orla de Matinhos, mas foi uma requisição que o Ministério Público fez, tanto é que surgiu, a partir da Câmara Técnica de Gerenciamento Costeiro, a possibilidade de fazer um grupo de trabalho exclusivamente para isso. Não seria tão abrangente da obra da Orla de Matinhos, mas já estudaria alguma das obras que estão para acontecer. Esse grupo não está ativo ainda, mas já houve a demanda e posteriormente vai haver esse estudo, mas não houve nenhuma anuência ainda do Conselho sobre essa obra.

O Sr. Conselheiro Rodolfo Angulo:- Obrigado.

A Sra. Presidente:- Obrigada, Lari. Passo a palavra ao Arthur, que está com a mão levantada. Arthur, por favor.

O Sr. Conselheiro Luiz Arthur Klas Gineste da Conceição (CEDEA):- Então, antes de começar a reunião, eu tenho uma consideração que foi enviado um e-mail agora à tarde sobre vista do processo da estrada. E a gente mandou a justificativa, o motivo da vista. Ok?

E outra questão, realmente a obra de Matinhos não foi enviada para o Conselho. E pela lei estadual, que foi elaborada pelo Jaime Lerner, em 1998, determina que qualquer mudança urbanística é necessária passar pelo Colit. Ok? Então, é nesse sentido aí que queria me manifestar. Obrigado.

A Sra. Presidente:- Obrigada, Arthur. Prefeito, Justus, por favor.

O Sr. Conselheiro Roberto Justus (Prefeito de Guaratuba):- Obrigado. Na verdade, é uma dúvida que eu tenho. Eu me lembro que quando terminaram as nossas reuniões presenciais, houve alguma informação por conta da Sedest no sentido de que o Colit não teria mais competência deliberativa, seria algo mais consultivo. Eu precisava só esclarecer isso: se é deliberativo ou se é consultivo dentro da competência do Colit. Se confirma isso mesmo.

E também, não é a respeito das atividades, por conta da fala da Larisseane, em relação ao plano diretor. Nós estamos aqui iniciando a revisão do plano, para mim é muito importante... assim, tirando o aspecto legal, que já é extremamente relevante, particularmente eu considero muito importante a participação do Colit na elaboração desse plano, porque acho que a gente ganha muito tempo com isso. Eu quero chegar lá no final do plano, tudo já bem discutido e encaminhado, tendo que retomar tudo isso porque o Colit não participou ou porque o Ministério Público não opinou ou coisas nesse sentido.

Então, o meu Secretário de Urbanismo, que é o Cláudio, está acompanhando, sabe disso. A ideia é a gente construir um plano diretor, revisar em várias mãos, dentro de uma lógica evidentemente de sustentabilidade e também que leva em consideração o aspecto social também para quando isso for para uma anuência, para uma avaliação ou deferimento, o que tiver dentro da competência do Colit, a gente já esteja com as coisas bem adiantadas.

É isso. Obrigado.

A Sra. Presidente:- Obrigada, Prefeito. Lari, por favor, você pode fazer o esclarecimento quanto ao consultivo e deliberativo?

A Sra. Secretária Executiva:- Claro. Quanto à Câmara Técnica de Gerenciamento Costeiro, como eu comentei com vocês, foi instituída por uma resolução secretarial, não está diretamente vinculada ao Colit, mas tem assessoria do Colit. Essa Câmara Técnica não tem função deliberativa. Então, o que é deliberação? É você dizer sim ou não. Então, sim, faz a obra, por exemplo, ou não, não faz a obra. O que a nossa Câmara Técnica faz? Faz um estudo com todos os técnicos que participam da Câmara e emitem uma nota técnica de recomendação. Essa nota técnica é discutida com o Ministério Público, é discutida com o nosso IAT, que é o nosso órgão licenciador, para que fique satisfatório para todas as partes. Mas não é uma função deliberativa, eles não têm esse poder de deliberação.

Quanto às anuências prévias, como o Prefeito comentou, continuam sendo uma competência do Conselho, então têm que ser protocoladas aqui para a análise técnica do arquiteto e logo depois a emissão da anuência prévia. É um processo acho que corriqueiro, na maioria das prefeituras do litoral, então imagino que vocês já sabem como acontece, apesar de a gente ter algumas discussões sobre a necessidade dessa anuência prévia. Até o momento eu acredito que a emissão dessa anuência prévia tenha sido positiva, porque muitos construtores chegam com muita dúvida aqui sobre o que podem fazer, o que não pode fazer e até para a correção das pranchas, o nosso arquiteto ajuda muito, tantos os construtores quanto à prefeitura a tirar as dúvidas. Então, sobre as anuências prévias e sobre a deliberação, era isso que eu tinha a mencionar.

Agora, sobre a atualização dos planos diretores, a gente sabe que isso é uma grande necessidade dos municípios do litoral, a gente sabe que tem que passar pela anuência do Conselho, que tem que ser trazido aqui e o Conselho, com certeza, quer participar de todas as atualizações, até porque quanto mais a gente participa, melhor o resultado fica. Inclusive, em outros assuntos, foi encaminhado no anexo um plano que no momento oportuno vamos discutir sobre a necessidade de criar

um grupo para fazer a análise dele, mas, com certeza, é ímpar a participação de toda a sociedade para a reestruturação desses planos diretores.

O Sr. Conselheiro Roberto Justus (Prefeito de Guaratuba):- Obrigado.

O Sr. Conselheiro Luiz Arthur Klas Gineste da Conceição (CEDEA):- Presidente, eu gostaria de falar com o prefeito sobre a questão do Colit.

A Sra. Presidente:- Pois não.

O Sr. Conselheiro Luiz Arthur Klas Gineste da Conceição (CEDEA):- O Colit, pela lei de 1998, estabelecida pelo Governador Jaime Lerner, no Artigo 3º, trata que os grandes empreendimentos de transformação urbanística e transformação de toda a infraestrutura do município, é necessário passar pelo Colit. E depois, cada município tem um decreto específico, quando fizer o plano diretor, é obrigado a passar pela anuência do Colit.

Então, assim, o Colit não está mais vinculado a anuência de licenciamento menos complexo. Por exemplo, empreendimentos que não tenham tanta mudança urbanística, não precisa mais passar pelo Colit, porque o Governador Ratinho Júnior, infelizmente, baixou um decreto que acabou deliberando isso, mas ele não definiu quais seriam os critérios específicos sobre essa questão urbanística. Mas a lei é bem clara. Então, Prefeito, primeiro, por decreto que existe lá atrás, anteriormente, os planos diretores são obrigados a passar pelo Colit. E qualquer tipo de questão urbanística é preciso passar pelo Conselho do Colit e não pela Secretaria Executiva, porque se a Secretaria Executiva acabar dando essa anuência de grandes transformações urbanísticas, por exemplo, como a engorda de Matinhos, poderá sofrer sanções administrativas e até sanções do Ministério Público. Isso que eu queria colocar, Prefeito. E o senhor tem toda a razão, o Colit dá mais credibilidade para qualquer tipo de estudo que o município vier a fazer. E até porque se o município do Paraná tem um ordenamento ainda junto a faixa territorial litorânea, é porque o Colit segurou muito isso nos anos passados, desordenação totalmente, como ocorreu já em algumas cidades de Santa Catarina, como aconteceu com algumas cidades da região Sul, Sudeste e Nordeste.

Então, Prefeito, dou toda a razão ao senhor, o Colit tem essa função de poder organizar, ordenar e colaborar com a prefeitura e com o Executivo. Muito obrigado, Prefeito.

O Sr. Conselheiro Roberto Justus (Prefeito de Guaratuba):- Ok. Obrigado.

A Sra. Presidente:- Juliano, por favor, você está com a mão levantada?

O Sr. Conselheiro Juliano:- Sim. Obrigado, Fabiana. Bom, mais uma vez, boa tarde a todos, fiquei acho que uns três anos fora do Colit e estou retornando hoje. Eu gostaria de retornar fazendo um pedido já, de antemão, primeiro para que a gente possa, os Conselheiros possam receber os documentos com um prazo melhor de análise. Eu não sei se seriam quinze dias, a gente pode discutir melhor esse prazo, trinta dias, enfim, coloco para discussão até, mas que a gente receba com uma certa antecedência para a gente ter tempo para fazer uma leitura e lembrando que não é só uma leitura, muitas vezes é uma análise, a gente tem que abrir uma legislação, fazer uma outra investigação, além do documento em si. Então, seria bacana que a gente tivesse um prazo melhor para essa análise, até porque há uma responsabilidade muito grande de cada um dos Conselheiros aqui, a partir do momento que vota favorável ou não a algum entendimento.

E o segundo favor, que está na mesma linha, é que os documentos enviados sejam mais completos possíveis, porque às vezes a gente até pode buscar na internet algumas outras informações, mas isso também acaba acarretando em mais tempo, uma demanda maior. Então, o quanto mais completo a gente receber esses documentos, melhor e mais segurança para que cada Conselheiro possa fazer uma análise dos documentos e também que evite que seja necessário pedir vista para ter mais prazo de análise.

Então, seriam só esses dois pedidos que eu faço nesse meu retorno. Obrigado.

A Sra. Presidente:- Obrigada, Juliano, pela sugestão. Antes de passar para a Lari, quando a gente decidiu fazer a reunião, até teria um pouquinho mais de tempo para a documentação, mas foi uma sugestão minha essa data, porque, como falei há alguns minutos atrás, a Larisseane está em vias de ganhar bebê e se a gente esperasse mais uns dias, poderíamos não tê-la conosco. Então, preferi não correr o

risco, porque nós teremos um novo Secretário que vai substituí-la na licença-maternidade, mas a minha confiança está toda no trabalho dela, porque foi ela que ficou esse período, coordenando tudo, então essa responsabilidade é minha, mas também já me comprometo de que nas próximas a gente vai fazer o envio com o tempo adequado. Obrigada pela compreensão.

A Sra. Secretária Executiva:- Eu gostaria só de me desculpar com todos os Conselheiros, realmente houve o envio dos documentos, porque, como foi dito pela Diretora, e eu agradeço muito pelas palavras dela, estou no final da gestação, no final da gestação já tive alguns alarmes de possível parto, então acabou acontecendo de atrasar alguns materiais. E, se vocês conseguiram conferir alguns protocolos, são muito grandes e o nosso e-mail às vezes não comporta, daí a gente tem que dar uma espremida para ir e às vezes a gente manda, parece que mandou e não foi.

Então, não tiro a razão dos Conselheiros, estão certíssimos, inclusive a gente procura outras formas de disponibilizar o material para que ele seja sempre o mais completo, e eu me desculpo novamente com vocês por esse atraso dos materiais. Obrigada.

A Sra. Presidente:- Eu pergunto se teria mais alguém que gostaria de fazer alguma manifestação relacionado ao relato das atividades? Se não houver, eu vou passar para o próximo item.

O Sr. Conselheiro Luiz Arthur Klas Gineste da Conceição (CEDEA):- Presidente, só uma questão que eu falei inicialmente, sobre o pedido de vista do documento que a gente protocolou junto à Sedest.

A Sra. Presidente:- É que esse é outro item da pauta, Conselheiro Arthur.

O Sr. Conselheiro Luiz Arthur Klas Gineste da Conceição (CEDEA):- Só para saber se chegou mesmo.

A Sra. Presidente:- Chegou sim, recebemos.

O Sr. Conselheiro Luiz Arthur Klas Gineste da Conceição (CEDEA):- Obrigado.

A Sra. Presidente:- Por nada. Nenhuma outra...

A Sra. Conselheira Mariana Barbosa Druszcz (CREA/PR):- Eu gostaria de fazer uma pergunta, não estou achando onde faz para levantar a mão, desculpa.

A Sra. Presidente:- Não tem problema.

A Sra. Conselheira Mariana Barbosa Druszcz (CREA/PR):- Então, boa tarde de novo, aqui é a Mariana, estou representando o CREA. Estou começando hoje, então, no Colit, me inteirando aqui do formato das reuniões, e eu queria só, se pudesse explanar um pouquinho mais, Larisseane, sobre essas anuências prévias que foram dadas no último ano, ali que você falou que voltaram os trabalhos. Você até comentou que são muitos pedidos de anuência, são processos complexos, processos que demandam tempo, mas me chamou a atenção que você comentou que, pelo menos o que passou ali, que foram passados para uma única pessoa, que é o arquiteto Marcelo, isso? Queria entender um pouquinho só o escopo dessas anuências, até por ter me chamado a atenção, não sei se foi isso, eu posso estar enganada, por favor, me corrija, apenas ele, passa por ele, e ele deu a anuência. Foi isso? Queria entender um pouquinho melhor o processo, se é alterado quando tiver reunião presencial.

A Sra. Secretária Executiva:- Então, eu vou projetar aqui só o site, para conhecimento geral. Aqui no site, a gente tem a parte aqui embaixo do uso e ocupação do solo, e aqui a gente tem o que é solicitado para análise dos projetos de edificações.

Antigamente, o Colit tinha uma equipe grande de funcionários que faziam a análise técnica dessas anuências prévias, mas não significa que eram feitos grupos de estudo dessas anuências técnicas. Normalmente, era distribuído para cada um dos técnicos um projeto, e o técnico emitia a informação técnica, certo? Então, o que eu falei de a gente só ter um arquiteto no momento, não foi para dizer que deveria passar por mais pessoas, mas para dizer que o projeto demanda um certo tempo e estávamos só com uma pessoa para essa análise.

As anuências prévias devem ser protocoladas aqui no Colit, tendo o requerimento, eu vou abrir aqui para vocês, sendo esse requerimento, com o nome, identificação, requerer anuência prévia à edificação, instalação e a reforma. Fora isso, devem ser apresentadas as documentações, para a análise dos projetos. São

essas documentações, estão aqui na parte de documentação exigida para a análise dos projetos, que é o requerimento, cópia de certidão do registro de matrícula do imóvel, o projeto arquitetônico completo, uma via para análise e, posteriormente, quatro vias para receber o carimbo da anuência prévia, a cópia dos ARTs - Anotação de Responsabilidade Técnica, que acho que é emitida pelos arquitetos, não sei se são emitidos pelos engenheiros.

A Sra. Conselheira Mariana Barbosa Drusczc (CREA/PR):- São os engenheiros, a ART.

A Sra. Secretária Executiva:- Obrigada, desculpa o erro. E a planta planialtimétrica para as áreas com mais de mil metros quadrados. Então, todos esses documentos são protocolados aqui e é feito a análise pelo nosso arquiteto, principalmente se os projetos estão observando os recuos, a possibilidade de metragem, os pavimentos, inclusive quando tem alguma sacada, se essa sacada não está ultrapassando o limite de construção, tanto de estacionamentos, quanto da obra em si, tudo isso é analisado com base nos decretos já emitidos no Estado do Paraná.

Então, o que a gente faz é uma análise no sentido da área técnica estadual, a gente não vai esmiuçar o decreto municipal. Pode ser que, por alguma particularidade, o Marcelo venha trazer alguma análise das legislações municipais, mas, no geral, ele se atém aos decretos estaduais, para ver se o Colit pode conceder essa anuência técnica.

Quando ele confere que tem algo que está fora dos decretos, das regulamentações, ele ainda conversa com os construtores e dá a opção para os construtores adequarem as pranchas e as obras, conforme as regras do Colit, para que essas anuências prévias sejam emitidas, para que a gente não tenha indeferimento. Tanto é que o nosso número de indeferimento é mínimo. Normalmente, quando acontece indeferimento, é mais por questões burocráticas do que por questões técnicas. Não sei se ficou clara a minha explicação. Mais do que isso, infelizmente, eu acho que eu não vou poder fazer, porque é muito técnico, é da área de arquitetura, de engenharia, e eu realmente não vou conseguir dar maior informação para você.

A Sra. Conselheira Mariana Barbosa Druszc (CREA/PR):- Ok, obrigada. Qualquer coisa, então, eu acho que eu posso até conversar com o Marcelo, e aí entender melhor do processo com essa visão nossa da engenharia, juntando com o pessoal da arquitetura. Obrigada.

A Sra. Secretária Executiva:- Com certeza.

O Sr. Conselheiro Luiz Arthur Klas Gineste da Conceição (CEDEA):- Também, eu posso só colocar um adendo aqui? Que é o seguinte: tem questões aí, tem projetos que o Colit deveria informar o Estatuto da Cidade em grandes empreendimentos, porque o Estatuto da Cidade tem várias questões que não são informadas. Por exemplo, dependendo da obra tem que ter audiência pública. Por exemplo, se é um projeto de um shopping ou um projeto que vai mudar muito a questão urbanística, ou mudar muito a questão... enfim. Então, tem que entrar essa questão do Estatuto da Cidade. E muito dos pareceres que vocês estão dando, vocês não orientam sobre a questão do Estatuto da Cidade.

Então, isso que eu queria colocar aqui, para tentar ajudar vocês ou, daqui a pouco, o Ministério Público vai pedir revisão de tudo isso e vai dar cacetada em vocês aí. A melhor coisa é vocês fazerem o Estatuto e recomendar o município que siga essa ordenação urbanística e ocupação do solo, diante da ocupação do Estatuto da Cidade. Muito obrigado.

A Sra. Presidente:- Obrigada, Arthur. Lari.

A Sra. Secretária Executiva:- Todos os protocolos que vêm aqui para a anuência prévia, que são analisados pelo Marcelo, eles são só até três pavimentos. Três pavimentos são três andares de altura. Então, para o Marcelo emitir a informação técnica e a Secretaria Executiva emitir anuência prévia, não são obras de grande porte. E o Marcelo observa todas as legislações, inclusive o Estatuto da Cidade, mas, como eu falei, o que ele analisa são prédios de até três pavimentos, que têm uma certa distância da orla, se é muito distante ele também não analisa. Então, grandes obras, como você disse nas suas falas anteriores, elas são encaminhadas para o pleno, não é encaminhado diretamente para um técnico só, porque, como você disse, pela lei, o Conselho tem que tomar ciência dessas obras. Então, quanto a isso, podem ficar tranquilos, porque, realmente, as obras que

chegam aqui para a anuência prévia, que não vão para a análise do pleno, são obras bem menores.

A Sra. Presidente:- Obrigada, Lari. Mais algum comentário em relação a isso? Podemos passar para o próximo item da pauta? (Pausa). Em não tendo mais nenhuma manifestação, eu passo, então, para o item Resolução Conjunta do Conselho Estadual de Recursos Hídricos/Colit n.º 01/2021, cujo tema é estabelecer procedimentos para a eleição dos representantes das entidades ambientalistas não governamentais, como membros indicados no Conselho Estadual de Recursos Hídricos e Conselho de Desenvolvimento Territorial do Litoral Paranaense. Lari, por favor, se você puder, então, apresentar a resolução.

A Sra. Secretária Executiva:- Então, mais uma vez aqui na tela de vocês, a gente tem a resolução publicada no site, vocês podem conferir aqui em “Atos legais, Resolução Conjunta CERH/Colit”. Ela foi uma resolução *ad referendum*, por isso a gente traz aqui para vocês tanto para a ciência quanto para a aprovação. Como dito ali na explanação das atividades do Conselho, a gente tinha essa necessidade, pelo biênio, de fazer a renovação dos Conselheiros e, pela primeira vez no Conselho do Litoral, a gente fez essa renovação das organizações da sociedade civil ambientalista pela via digital e conseguimos, com êxito, eleger três novas entidades.

Todo o processo ainda está no site do Colit, a gente tem aqui um ícone bem grande: “eleições das ONGs, Colit, 2021/2023”, que é o período que elas vão permanecer como membros. A gente teve aqui todo processo publicizado, todas as entidades foram informadas por meio de e-mail, além das informações no site. Não tivemos nenhum problema com relação à execução, a gente utilizou a plataforma LimeSurvey para fazer essa eleição. A plataforma LimeSurvey é uma plataforma de pesquisa que é utilizada pelo Governo do Estado do Paraná, mas a gente adaptou como uma cédula eleitoral, para que a gente pudesse fazer essa eleição sem a necessidade de deslocamento ou de uma reunião que gerasse aglomeração aqui na Secretaria. A gente publicou as instruções da eleição, a gente abriu o prazo para as candidatas e, após toda a eleição, a gente teve aqui a apuração dos votos em que, como já é de conhecimento de vocês, ficaram eleitas a Associação

MarBrasil, o Observatório de Justiça e Conservação e o Centro de Estudos de Defesa e Educação Ambiental - CEDEA.

Fora isso, na página do Conselho, aqui em “web reuniões”, temos um link da apuração das eleições do Colit e do CERH. A gente fez as duas eleições em conjunto, porque, como a gente estava com um corpo técnico um pouco menor, seria mais célere, seria mais proveitoso, a gente fazer as duas eleições juntas, mas elas não foram misturadas. Havia uma parte que era só para o Colit e uma parte que era só para o CERH. A única coisa que a gente fez em conjunto foi a resolução *ad referendum* e o cronograma.

Então, não sei se teve alguma dúvida, se gostariam de uma explanação melhor sobre o processo? Deu tudo certo, não tivemos nenhuma intercorrência, mas se algum Conselheiro tiver alguma dúvida, fico aberta a qualquer questionamento.

A Sra. Presidente:- Peço desculpas, eu tinha caído, agora retornou. Lari, terminou a apresentação? Sim?! Então eu abro para discussão a respeito da Resolução Conjunta que é a do Conselho Estadual de Recursos Hídricos e do Conselho de Desenvolvimento Territorial do Litoral Paranaense. Os que quiserem se manifestar, por favor, que levantem a mão ou se manifestem solicitando a palavra. Eu vou deixar a câmera desligada, porque a conexão da internet está bem ruim por conta da chuva no lugar onde eu estou. Então, alguém gostaria da palavra para falar a respeito desta resolução? Não? Então, eu vou colocar, a partir de agora, em votação a Resolução Conjunta n.º 01/2021. Os que são favoráveis permaneçam como estão, os contrários que se manifestem. (Pausa). APROVADA. Larisseane, mais uma vez, obrigada.

Eu passo, então, agora, para o relato do grupo de trabalho referente à PR-405. Vou passar a palavra para o Jean Carlos, do IAT, que fará a explanação das atividades do grupo de trabalho. Essa apresentação é para ciência do grupo. Jean Carlos, por favor.

A Sra. Secretária Executiva:- Eu conferi aqui, Diretora, o Jean Carlos não se conectou. Estou tentando contato com ele, eu vou sugerir que nós passemos ao próximo ponto de pauta, enquanto ele não se conecta.

A Sra. Presidente:- Perfeito, passamos para o próximo item e depois retornamos.

A Sra. Secretária Executiva:- Exatamente. Obrigada.

A Sra. Presidente:- Eu que agradeço. O próximo item da pauta é o processo de licenciamento da estrada de ferro Paraná/Oeste, Maracaju, Mato Grosso do Sul a Paranaguá - Paraná. Eu solicito, então, ao Sr. Juliano, que é o assessor jurídico do grupo de trabalho e o senhor André, que é o Diretor-Presidente da Ferroeste, que farão a explanação desse protocolo.

O Sr. André:- Oi, me ouvem bem?

A Sra. Presidente:- Ouvimos bem, André.

O Sr. André:- Ok. Boa tarde, Fabiana, Larisseane, a todos aqui que fazem parte deste importante Conselho. Como já foi apresentado, me chamo André, estou na Diretoria da Ferroeste, mas também faço parte do grupo de trabalho chamado GT Ferrovias. (Pausa). Oi, desculpa, eu vou tirar o vídeo porque está dando interferência. E o Doutor Juliano acho que não se encontra no... Doutor Juliano, gostaria de falar? Ele está tentando se conectar aqui. Mas, vou dizer para vocês, a gente também tem mais um membro do nosso grupo de trabalho, que é o Engenheiro Daniel, que faz a parte dos estudos ambientais pela Fipe Ambiotec, e é o que a gente quer trazer para vocês aqui. Doutor Juliano?

O Sr. Juliano:- Pois não? Bom, desculpe, eu estava com um probleminha técnico. Boa tarde a todos, é um prazer estar aqui na reunião com todos, e a gente vai tentar passar algumas informações, principalmente na questão ambiental do litoral, da descida da Serra da Nova Ferroeste para todos, e o Daniel da Fipe está aí, que é o nosso contratado, que vai fazer essa apresentação.

O Sr. André:- Bom, continuando aqui, Doutor Juliano, só explicar um pouquinho sobre o nosso projeto. Ele vai aqui a nível de estudos, tá. Então, eu sei que os conselhos geralmente já analisam os projetos de obras de infraestrutura e no nosso caso aqui, a gente tem três pilares importantes desse projeto. O primeiro é o EVTEA-J, está em fase final, ajuste final de entrega, os estudos de impacto ambiental, o EIA/Rima, que vai ser falado mais pelo Daniel, e a modelagem econômica financeira visto que a ampliação da Ferroeste passa aí por um processo

de desestatização da companhia e aí sim pretendemos levá-la a leilão no segundo trimestre de 2022.

Então, para não perder muito tempo, eu vi que nós temos uma pauta extensa, agradecer por nos convidar para esta reunião importante do Colit e o Daniel vai explicar o que ele vai apresentar aqui, mas os trabalhos são âmbito do EIA, do estudo de impacto ambiental, bastante focado nos meios físico e biótico. E também vai trazer para nós aqui uma atualização em relação a todo o processo de licenciamento que, no nosso caso, por ter dois estados envolvidos, agora um terceiro para autorização que é Paraná, Mato Grosso do Sul e também Santa Catarina, mas o licenciamento apenas Paraná e Mato Grosso do Sul, por enquanto. A gente está sob a tutela do Ibama Federal para esse licenciamento. E também o status atual de como estamos hoje em relação a esse estudo.

Então, passo a palavra aqui para o Engenheiro Daniel Macedo, nos colocamos à disposição depois para quaisquer esclarecimentos. Lembrando sempre, o nosso projeto é um projeto que foi feito com toda a sociedade, a gente adotou uma metodologia da inovação aberta, alguns que participam aqui do Colit já tiveram reunião com a gente, temos todo o nosso material publicado no nosso site e tudo aquilo que vocês precisarem, a gente não tem tempo suficiente para apresentar tudo aqui, já são quase três anos de trabalho, a gente pode atendê-los conforme formos solicitados, importante, obviamente, que venha através do escritório do Colit.

Daniel, a palavra é sua. Muito obrigado, Fabiana, pelo espaço.

O Sr. Daniel Macedo:- Ok. Chamo-me Daniel Macedo, engenheiro ambiental, sou um dos coordenadores da equipe que atuou e está atuando no licenciamento ambiental na fase de licença prévia da Nova Ferroeste.

Eu tenho uma apresentação aqui, só queria alinhar com a organização da reunião quanto tempo eu tenho para não afetar os demais assuntos da pauta. Por favor, é uma informação bem importante.

A Secretaria Executiva:- Quinze minutos.

O Sr. Daniel Macedo:- Ok. Então, vou compartilhar minha tela aqui para fazer a apresentação e vou passando aqui para ser fiel ao tempo. Por favor, está aparecendo para vocês? (Assentimento). Obrigado.

Para dar sequência, a gente está trabalhando por etapa ambiental desse empreendimento, como o André apresentou. O estudo de impacto ambiental é o principal documento para o licenciamento ambiental junto ao Ibama Federal e existem outros estudos de licenciamento sendo conduzidos também em outros órgãos, que são os intervenientes. Vou dar uma passada só para caracterizar geograficamente.

Estamos falando de uma ferrovia aí de quase mil e trezentos quilômetros de extensão, mil, duzentos e noventa e um para ser mais preciso, que atravessa o Paraná todo, de Paranaguá até Guaíra e também de Cascavel a Foz do Iguaçu, e também de mais, aproximadamente, trezentos quilômetros no território do Mato Grosso do Sul, passando aí de Guaíra até Maracaju. E aí o estudo ambiental trabalhou com algumas premissas importantes que o Ibama nos solicita, que é a definição de uma área de estudo. Esta área de estudo deve contemplar as possíveis opções de traçado. Então, a gente trabalhou com o território nacional, com todas as bacias de Otto presentes nesse raio de cinco quilômetros, então foi definida uma área de estudo aqui, que é esta linha verdinha, em volta dos possíveis traçados para se estudar a melhor opção de traçado para a Nova Ferroeste.

Então, aquelas são as áreas de estudo do meio físico e biótico, com o meio socioeconômico, as áreas são todos os municípios interceptados. Estamos falando de quarenta e nove municípios, sendo quarenta e um no Estado do Paraná interceptados por esse traçado, por esta proposta de traçado que está sendo avaliada. E aí, trazendo um zoom maior aqui para a questão do litoral, no estudo de impacto ambiental esse é o nosso trecho V, em algarismo romano. Ele aborda a descida da Serra do Mar e também a planície litorânea do território de Paranaguá.

Então, a equipe técnica optou por dividir o estudo em cinco trechos do traçados e o trecho V é basicamente São José dos Pinhais, Morretes e Paranaguá, a descida da Serra e também a planície litorânea. E vou trazer algumas informações

desse trecho V pra gente, respeitando o tempo proposto, depois fico aberto para contribuições.

Este traçado em verde é o que está sendo proposto pra descida da Serra e para a chegada até às proximidades de Alexandra, em Paranaguá. A premissa de traçado, acompanhando a 277, como diretriz, está previsto para o Plano de Desenvolvimento Sustentável do Litoral. E aí a descida não é exatamente paralela a 277 em toda a sua extensão por uma questão de rampa. A Ferrovia tem critérios muito mais restritivos de inclinação para o trem subir e descer a Serra do que uma estrada. Então, esse outro estudo, como o André comentou, o EVTEA, a equipe técnica trabalhou tentando encontrar a melhor opção para a descida da Serra do Mar que permita esse fluxo ferroviário que é esperado para essa ferrovia.

É uma ferrovia nova, moderna, com ângulos, com raios de curvas muito mais suaves, comparado, por exemplo, com a descida por Morretes. A descida vai ficar com um viés mais turístico. Então, esse aqui é o traçado do trecho V, para ilustrar para os senhores. Alguns temas que foram estudados ao longo do EIA, a parte do meio físico, então amostragens de água, contemplando os principais cursos d'água da descida da serra e planície, dados da estação hidrológica foi considerado também nessa região, tudo para poder caracterizar, para poder, também, quantificar os impactos ambientais e, também, a preocupação com áreas mais vulneráveis, que a gente sabe que existem aqui e que foram muito afetadas por um deslizamento que ocorreu alguns anos atrás, um evento bem extremo e isso está contemplado no EIA/Rima em detalhes, não vou abordar aqui por falta de tempo, mas lá também foram mapeadas as regiões mais vulneráveis a movimentos de massa e deslizamentos.

Então, a caracterização da questão climática, da intensidade das chuvas, foi feita média de cinco anos e foi feita a busca por eventos extremos, como esse que eu citei, amplamente conhecido de todo o litoral, então aqueles eventos que aconteceram em março de 2011, salvo engano, o ano 2011 ou 2013, mas foi no mês março, quando choveu muito acima da média num intervalo curtíssimo, três dias. Então, esse cenário está contemplado neste estudo também.

A parte de recursos hídricos, a qualidade da água dos principais rios interceptados pelo traçado também foi avaliado e aqui pelo gráfico dá para ver que a grande quantidade dos rios apresenta água de boa qualidade, as bolinhas verdes para facilitar a visualização. E alguns rios registraram a qualidade regular.

Também estudos sobre a qualidade do ar, principalmente de ruídos, que é uma preocupação bastante grande de ferrovias em geral, são geradoras de impacto sonoro significativos. Então, foi feito um estudo em dois pontos, especificamente na questão da serra e também a modelagem preditiva, a partir da situação atual, como esse cenário, essa cena sonora vai se propagar em cada local.

Aqui, apresento bem brevemente alguns resultados que a gente já têm os pontos de ruído e vibração 01 e 02, ficam no trecho mais ao trecho V. Então, eles apresentaram um valor acima da norma pelo fluxo de veículos, pelo fluxo que já existem nos locais. Mas isso não quer dizer que não vai ser impactado na ferrovia. Então, o estudo ambiental também prevê essa questão e apresenta resultados muito mais robustos, explicados, do que estou passando aqui brevemente para conhecimento.

Estudos de geologia e zootecnia também foram conduzidos ao longo desse ano pela equipe do meio físico, especificamente, visando caracterizar o que tem na questão geológica nesse trecho, quais são as formações mais suscetíveis aos movimentos de massa que a gente se preocupa bastante. Aqui alguns registros fotográficos, aqui em baixo o Rio Jacaréí, dá para perceber que já sofreu com movimentos desses blocos, alguns anos atrás, algumas cicatrizes que são encontradas em bastantes morros da Serra do Mar.

Dando sequência, estudos geomorfológicos também, compartimentalizando as análises da serra para primeiro planalto e para planície litorânea, também foram contemplados no EIA, o meio físico, áreas de exploração mineral também estão contempladas dentro do EIA/Rima. É uma exigência do termo de referência do Ibama, que fossem avaliadas. A questão dos solos também possui vários pontos amostrais para identificação de perfis de solos ao longo do traçado novo, trecho V. Aqui alguns resultados, bem brevemente, da ocorrência maior com a predominância dos cambissolos, 86% da área diretamente afetada é

ocupada por essa classe de solos. Estudos espeleológicos, um tema muito importante, na prospecção por cavidades naturais, também foi contemplado, era obrigatório para o EIA/Rima. A prospecção foi feita num raio de trezentos metros, a partir do eixo da ferrovia em estudo, também utilizou de entrevistas espeleológicas, a região da Serra do Mar é uma região bem difícil de fazer esse trabalho, fazer todos os encaminhamentos. Então, foram feitas entrevistas, mapeamento com drone para procurar maior quantidade possível de registros que fossem interessantes de serem incorporados no material do EIA/Rima. Também foram feitas consultas a dois grupos espeleológicos importantíssimos no nosso Estado, o GUPE e o GF Açungui, os dois grupos responderam também à consulta feita pelo empreendedor, que é a SEIL - Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística.

Então, aqui só um recorte de todo o esforço de campo feito para a Serra do Mar, específica, então, de entrevistas, que são esses azulinhos, pontos de controle, campo, caminhamentos, percorrendo as estradas sempre que possível e o restante do caminhamento a pé mesmo e voos também com drones. Também, de meio biótico, a gente seguiu um protocolo do Ibama, que é a obtenção primeiro da autorização para fazer esse estudo, (corte no áudio) em 2021 que saiu no início do ano, ela contemplava a realização de quatro campanhas, sendo duas para dentro do EIA e duas para apresentação *a posteriori* para o Ibama. Então, o EIA/Rima foi concluído para a campanha um e dois, verão/outono. Recentemente a equipe finalizou a campanha de primavera. Então, nós temos quatro campanhas para apresentar ao Ibama, provavelmente a prestação será feita ainda pelo relatório complementar de 09 de janeiro. Haverá a amostragem, metodologicamente falando, previa oito dias, quatro dias consecutivos de amostragem em cada unidade amostral, totalizando trinta e dois dias consecutivos, abordando os grupos da hepertofauna, ave e fauna e mastofauna, da parte terrestre, e ictiofauna e macro invertebrados para a fauna aquática e também a fauna de cavidade, a fauna cavernícola. Então, esses são os pontos distribuídos ao longo de todo o traçado e aqui são os pontos selecionados para a região litorânea, mais para a Serra do Mar e planícies. São as unidades 1 e 2.

Essa parte aqui, eu peço licença para passar mais rápido em função do tempo, mas o estudo encontrou uma riqueza muito grande da fauna na Serra do Mar, na planície. Então, em todos os grupos aqui os resultados são muito significativos na ocorrência de fauna silvestre, também de vegetação, vou passar logo mais, da mesma forma, então especialmente ave e fauna a gente encontrou registro muito significativo no Estado, passando aqui também pela mastofauna, registro bonito dessas fotos pumas, a armadilha, as câmeras flex foram usadas, passando também pela fauna cavernícola, que foram selecionadas cavidades para estudos; fauna aquática também foram encontradas uma riqueza interessante, um esforço de campo empreendido; da mesma forma para os macro invertebrados bentônicos; aqui sobre o estudo de vegetação também um tema muito importante, foram feitas amostragens ao longo de toda a ferrovia ao longo do ano, ao longo dos mil e trezentos quilômetros, então foram feitos levantamentos de dado, tem dois biomas envolvidos, Mata Atlântica e Serrado, então todas as fitofisionomias contempladas foram intensamente amostradas para apresentação do EIA ao Ibama, totalizando cento e oitenta e oito parcelas arbóreas e quase trezentas parcelas em área de campo, parcelas campestres.

E aqui no trecho V, está mais ou menos o layout da distribuição das parcelas, também regiões de muito difícil acesso da Serra do Mar para fazer o trabalho, mas foram suficientemente amostradas para o EIA.

Então, só nesse trecho a gente tem um terço das parcelas de todo o EIA, foram alocadas nesses sessenta quilômetros, que são o nosso terço seguinte, simplificando a explicação. Então, foram encontradas vegetações de estágio inicial, média e avançado, de sucessão, neste trecho; indício de alteração antrópica sim de algumas ocupações, que às vezes não aparecem em imagens, você verifica só quando vai a campo; e aqui alguns resultados da florística também, é bem diversificada e bem representativa a flora encontrada, como falei da fauna.

Aqui alguns quantitativos da estimativa de supressão. Quando digo estimativa é porque os projetos ainda vão ser elaborados. O projeto da Nova Ferroeste prevê uma quantidade muito grande de túneis, pontes e viadutos ferroviários na descida da Serra do Mar. Então, a gente aqui uma estimativa

preliminar do trecho V, que seria o trecho do litoral, de quatrocentos e oitenta e nove hectares para a área diretamente afetada. Pegando só a faixa de domínio, que é um recorte menor, a faixa de domínio chega a trezentos e vinte e nove hectares. E ainda por cima desse valor, ainda vai ser descontado exatamente as áreas de túneis, viadutos e de pontes que são previstas nesse trecho. Então, o EIA/RIMA apresenta essas quantificações, essas três tabelas e mais uma terceira também com a redução devido a túneis. São valores bastante representativos de supressão, o estudo ambiental apresenta com total clareza esses números e são números bastante significativos também no trecho V, em especial, na descida da Serra.

Apresentando também um pouco sobre áreas protegidas, o traçado teve como premissa o desvio de todas as unidades de proteção integral. Então, definiu-se que não poderia atingir nenhuma unidade, ele passa muito perto aqui do Saint-Hilaire mas fora do perímetro do parque. Também passa perto do Guaricana, mas fora do perímetro do parque. Então, aqui neste trecho existem APAs atingidas pelo traçado e a principal que poderia ser mencionada a APA de Guaratuba. Então, está prevista no traçado. Estudos de alternativas ocupacionais o EIA apresenta uma discussão em cima disso também, não existe, a equipe esgotou as possibilidades de análise para outras opções da descida da serra que a tendência são aqueles critérios de engenharia para essa descida da serra.

Então, essa figura mostra bem por que o traçado tem essa cara da descida da serra e chegada até Paranaguá. Uma outra questão também importante é por que esse traçado termina aqui e não no Porto. É importante explicar que aqui já existe a ferrovia atual, é operada pela Rumo, e ela faz esse aceso interno a Paranaguá e chega até o Porto. E essa ferrovia já é uma ferrovia que já está consentida até 2026 ou 2027 e, por enquanto, as análises não misturaram essa ferrovia, ela vai ser licenciada a parte, esse trecho aqui. E envolve questões também do poder concedente, que é o poder federal que faz isso, até o André pode explicar melhor do que eu esta questão. Mas os impactos ambientais também em Paranaguá estão mencionados nesse EIA, da mesma forma, porque é sinérgico, então não poderia ficar de fora.

Basicamente eu já falei, a quantificação de áreas protegidas, considerando a ferrovia como um todo, o número é bastante alto, são muitas unidades de conservação e no litoral do Paraná é o número mais adensado, é uma quantidade maior presente aqui. Então, o destaque para a interceptada, que é a APA de Guaratuba, esse registro fotográfico de drone feito sobre os maciços de vegetação.

Fechando, então, as análises, não quero estourar o tempo aqui, um elevado número de espécies que foi encontrado tanto pra fauna quanto pra flora, principalmente o meio biótico, especialmente na Serra do Mar. É um ambiente mais conservado que o traçado previsto. No meio socioeconômico, tem algumas estimativas que no EIA estão mais bem explicadas, o número de edificações afetadas também era uma solicitação do DER e do Ibama. Então, nós temos aqui esse o número de edificações dentro da faixa de quarenta metros para cada lado que é aproximadamente à ADA, a área diretamente afetada, a faixa de domínio da ferrovia. Então, seria o número de vinte domicílios e mais três edificações de outro tipo, seriam vinte e três edificações atingidas nesse trecho. Tem alguns registros fotográficos obtidos em comunidades do litoral e serra. Ok?

Então, finalizo a apresentação, passei rápido. Finalizando mesmo agora, sobre o licenciamento, o EIA/Rima foi finalizado em novembro, foi protocolado em novembro também junto ao Ibama e está em fase de checklist pelo Ibama para publicação. Então, em breve vai estar disponível para toda a comunidade, para todos os interessados, o Ibama faz isso no site dele mesmo, uma seção específica para estudos ambientais.

Sobre outros órgãos, o Iphan, foi feita a primeira etapa para a licença prévia, o Iphan já deu anuência, é favorável a licença prévia deste empreendimento em toda a sua extensão. Encontra-se em análise ainda a questão da Secretaria de Vigilância em Saúde, foi feito um estudo de potencial de malária exclusivo para Dourados, em Mato Grosso do Sul, e os estudos de componente indígena junto à Funai e quilombolas junto ao INCRA. São dois temas que também estão sendo finalizados relatórios para protocolos pelos respectivos órgãos ainda em dezembro.

Eu acho que esse é um panorama geral da apresentação do empreendimento do Colit e a gente segue à disposição para continuar interagindo sobre este empreendimento, não só nesta reunião, mas daqui para frente. Muito obrigado.

A Sra. Presidente:- Muito obrigada. Não sei se o Diretor André gostaria de fazer mais alguma complementação ou se já podemos abrir para discussão.

O Sr. André Macedo:- Pode abrir para discussão.

A Sra. Presidente:- Obrigada. Conselheiro Arthur.

O Sr. Conselheiro Luiz Arthur Klas Gineste da Conceição (CEDEA):- O que pediria à Secretaria Executiva é que todo esse material que são apresentados, enviar para os Conselheiros, até anteriormente. Mas agora que já foi, repassar aos Conselheiros esse material de apresentação, por gentileza. Obrigado.

A Sra. Presidente:- É possível que seja disponibilizado, Daniel, o material da sua apresentação para envio aos Conselheiros?

O Sr. Daniel Macedo:- Sim, tranquilo, sem problema nenhum.

A Sra. Presidente:- Ok.

O Sr. Conselheiro Luiz Arthur Klas Gineste da Conceição (CEDEA):- Até por isso, Presidente, que nós estamos pedindo vista, porque não temos segurança na aprovação. Existem três entidades pedindo vistas. Obrigado.

A Sra. Presidente:- Era minha próxima pergunta. Quero saber quem vai formalizar o pedido de vistas. Nós recebemos o e-mail que haveria esse pedido de vistas, e aí, após o pedido de vistas, está suspenso todo e qualquer discussão. Então, assim eu pergunto: quem formaliza o pedido de vistas?

A Sra. Secretária Executiva:- Desculpa. Foi formalizado por meio do Protocolo 18.402.664-3, por três entidades, as entidades ambientalistas que representam o Conselho. As três assinaram: o Observatório de Justiça e Conservação, a Associação MarBrasil e o Centro de Estudos e Defesa e Educação Ambiental - CEDEA.

A Sra. Presidente:- Perfeito. Mas durante a reunião, só pra gente constar em registro na Ata, é necessário que seja feito um pedido. Não sei quem ergueu a mão primeiro, se foi o Juliano ou a Maria Carolina.

O Sr. Conselheiro Juliano Dobis (MarBrasil):- A Maria Carolina tinha erguido primeiro, mas...

A Sra. Maria Carolina Portes (ICMBio):- Eu não quero fazer pedido de vistas, eu quero fazer uma pergunta.

O Sr. Conselheiro Juliano Dobis (MarBrasil):- Tá. Então, só queria falar com relação ao pedido de vistas, se tem como também disponibilizar o EIA/Rima na íntegra pra gente poder fazer uma avaliação. E, também, queria saber qual é o prazo agora, uma vez que estamos chegando ao final do ano, eu sei que são quinze dias de prazo que a gente tem para formalizar, para fundamentar, desculpa, qual será o prazo, se continua esses quinze dias?

A Sra. Presidente:- O prazo é de quinze dias para vocês fundamentarem, fica sobrestado o protocolo por quinze dias, o assunto. Aí a entidade vai encaminhar o parecer por escrito, considerando o período de funcionamento da Secretaria do Governo do Estado, então a gente não vai ter tempo hábil nos dias úteis para fazer uma reunião ainda esse ano. Então, vocês encaminham, nesses quinze dias, o parecer por escrito e ano que vem a gente retoma e faz uma convocação para a retomada do tema.

O Sr. Conselheiro Juliano Dobis (MarBrasil):- Ok.

A Sra. Presidente:- Maria Carolina.

A Sra. Maria Carolina Portes (ICMBio):- O ICMBio, o NGI Curitiba, fez algumas recomendações no termo de referência para o Ibama, colocando que não foi indicada a aldeia indígena que fica em Morretes, que fica dentro do Parque Nacional Guaricana. E eu vi aqui que no processo que vocês enviaram não consta, é uma aldeia que não está homologada, mas mesmo assim tinha que ser considerada no estudo. E o ICMBio repassou essa informação para o termo de referência e mesmo assim não está constando aqui. Então, não sei se foi considerada ou não.

A Sra. Presidente:- Maria Carolina, desculpa, só para registro, você pode falar o seu nome e a instituição que você representa?

A Sra. Maria Carolina Portes (ICMBio):- Maria Carolina, do NGI Curitiba, ICMBio.

A Sra. Presidente:- Obrigada. Daniel, você tem como responder à Maria Carolina.

O Sr. Daniel Macedo:- Parcialmente sim. O Ibama recebeu contribuição de vários órgãos para fechar o termo de referência e, até onde eu sei, eles decidiram o que seria incluído e o que não seria incluído, até chegar o termo de referência pra gente.

Em relação às comunidades indígenas, aí a tratativa foi com a Funai e a Funai, em base legal, decidiu por estabelecer o pedido de estudos somente das homologadas. Então, essa tratativa de quais seriam estudadas a nível de ECI - Estudo de Componente Indígena, a Funai emitiu um ofício recomendando o estudo das homologadas. Então, O EIA/Rima até trata de outras assim, mas não é no mesmo nível de detalhe do Estudo de Componente Indígena como foi solicitado e está sendo finalizado agora o estudo da comunidade Rio das Cobras, aqui em Nova Laranjeiras, que ela fica a cinco quilômetros do traçado, é da Portaria 060, e ela é homologada. Então, existem outras na mesma situação ao longo do Estado que se encontram em outros estágios e elas não chegaram a ser homologadas. Elas existem, estão em discussão, às vezes está até em processo judicial também. Então, acho que isso explica essa questão aí que foi perguntada pela Maria.

A Sra. Maria Carolina Portes (ICMBio):- Está certo, então.

O Sr. Daniel Macedo:- E aí outra questão que foi comentada pelo Juliano sobre o EIA. Ele vai ficar disponível no site do Ibama, a partir do momento que eles finalizem o checklist. Até onde eu sei, eles estão finalizando, sabe? Eles pediram um ajustezinho no Rima que a gente está fazendo, mas o EIA já estava a ponto de ir para a publicidade. Tenho que verificar como funciona, se demora muito para colocarem, porque o prazo de vocês também é bem apertado. Então, vou verificar como fica essa questão sobre a publicidade, porque o estudo está concluído, mas não foi tornado público pelo órgão licenciador, que é o oficial. Tenho que dar uma pensada só nisso, mas a gente não se opõe em disponibilizar. O estudo é para a sociedade analisar tudo isso, mas só preciso verificar com eles, porque às vezes vai entrar em publicidade em breve, talvez essa semana ainda. Preciso verificar isso, por isso não sei dizer agora.

O Sr. Conselheiro Juliano:- Só queria fazer uma observação, acho até que o Rafael está inscrito, mas ainda respondendo ao Daniel. Então, a gente precisa só ver esse prazo, porque se não foi disponibilizado, infelizmente não tem como a gente fazer uma leitura. Então, não sei qual seria o encaminhamento, Fabiana, pra gente poder fazer essa análise, ou se o Daniel pode disponibilizar antes do próprio Ibama, aí seria mais tranquilo pra gente analisar. Mas senão a gente tem que esperar o Ibama e aí o nosso prazo de quinze dias fica atrelado ao prazo do próprio Ibama.

A Sra. Presidente:- Perfeito. Acho que daí a gente precisa fazer uma notificação para o Ibama, como resultado dessa reunião, aí a Secretaria Executiva faz um comunicado ao Ibama dizendo que eles precisam enviar o material para a análise das Organizações que fizeram então o pedido de vistas. Rafael, por favor. (Pausa). Rafael, desculpa, se você puder se identificar e identificar a instituição para registro.

O Sr. Conselheiro Rafael Balistieiri (CPC):- Ok. Rafael Balistieiri, da CPC - Coordenação do Patrimônio Cultural ligada à Secretaria de Comunicação e Cultura. Daniel, a gente está fazendo já esse processo de análise do projeto e me espanta de ver o EIA/Rima e não ser falado nada sobre o tombamento. A Serra do Mar é tombada pelo Estado desde a década de 80, em julho de 86, o qual nós fomos solicitados, a gente vem tendo todo um trabalho junto com a Diretoria da equipe da Ferroeste, porém, a gente não recebeu, até o momento, esse EIA/Rima, no qual você apresentou agora e não foi citado, né. São duas áreas tombadas, uma em processo de tombamento, que é Escarpa Devoniana, e a segunda que é a Serra do Mar, que já é tombada desde a década de 80, como eu falei. Então, eu gostaria de pedir, solicitar a possibilidade de vocês protocolarem esse material para que nós possamos fazer a análise correta para dar continuidade ao trabalho também.

O Sr. Daniel Macedo:- Obrigado, Rafael, pela contribuição. Sim. O EIA/Rima menciona sim as duas áreas, a tombada, a Serra do Mar, e aí processo de tombamento é um perímetro dentro da APA da Escarpa Devoniana. Está mencionado no estudo sim. Eu não falei agora por questão de tempo, senão eu ia tomar a tarde de todo mundo aqui, porque o estudo é muito grande, tem mais de

três mil páginas e essas duas áreas estão mencionadas sim no EIA/Rima. E em específico, nas tratativas com o Conselho Estadual de Patrimônio Histórico, a gente ficou de apresentar, até não me lembro se o Rafael estava presente nas reuniões, mas conversei um pouco com o Valmir e mais alguns outros membros do Conselho lá, do Cerpa, a gente vai apresentar um estudo do impacto do patrimônio cultural, separado do EIA/Rima, a pedido do termo de referência específico encaminhado pela CPC para a Ferroeste.

Então, o EIA/Rima até aborda algumas questões, mas serão aprofundadas num plano específico com o Conselho. A gente participou, salvo engano, da reunião número 179 do Conselho e a gente está finalizando esse estudo também para encaminhar para análise lá dos Conselheiros daquele Conselho.

Então, só para esclarecer isso. As duas áreas estão lá, eu lembro que o impacto ambiental menciona isso, as interferências em áreas tombadas. E só para explicar que, além do EIA/Rima, a tratativa com o Ibama, foi ajustada com o Vinícius e com o Euclésio, salvo engano, foi conversado que não, que esse estudo do Patrimônio seria feito separado, porque também não envolve o Mato Grosso do Sul, envolve só Paraná. Então, está sendo conduzido dessa forma.

E sobre a disponibilização do EIA é a mesma questão que estava conversando com o Juliano, preciso verificar como está a velocidade do Ibama em relação a isso, torná-lo público lá no SPP, na base deles, para que todos possam ter acesso. Sinceramente não sei, porque o estudo foi finalizado agora, a gente subiu ele para o Ibama analisar dia 23, 23 de novembro. Então, está em análise o checklist, vai um certo tempo para o Ibama poder colocar todo ele disponível na plataforma, no site. Então, preciso verificar isso também, como está o time deles. Mas obrigado pelas contribuições, é bem importante.

A Sra. Conselheira Camila Maia (OJC):- Presidente.

A Sra. Presidente:- Pois não?

A Sra. Conselheira Camila Maia (OJC):- Eu só queria deixar registrada em Ata a formalização do pedido de vistas, já que você mencionou que, além do protocolo, seria interessante registrar aqui na reunião. Então, o CEDEA, o OJC e

a MarBrasil solicitaram vistas deste projeto, e deixar constado em ata também que o prazo depende da publicação do EIA/Rima.

A Sra. Presidente:- Do envio do EIA/Rima para vocês?

A Sra. Conselheira Camila Maia (OJC):- Isso.

A Sra. Presidente:- Perfeito.

A Sra. Conselheira Camila Maia (OJC):- Obrigada.

A Sra. Presidente:- Então, considerando o pedido de vistas, fica sobrestado o processo. Então, a gente encerra aqui as discussões relacionadas a esse tema. Desta forma, eu passo para o próximo ...

O Sr. Conselheiro Luiz Arthur Klas Gineste da Conceição (CEDEA):-
Presidente?

A Sra. Presidente:- Pois não, Arthur?

O Sr. Conselheiro Luiz Arthur Klas Gineste da Conceição (CEDEA):-
Conforme a Secretaria de Estado da Cultura solicitou que eles formalizem, é o mesmo procedimento do Ibama, porque a Secretaria tem que fazer o parecer e juntar nos autos do processo para que a gente possa analisar. Então, fica meio que solto, porque a gente não pode analisar o todo. Então, eu acho que só após o parecer da Secretaria de Cultura que a gente poderia analisar o processo. Esse é o meu entendimento, o processo tem que estar completo, até para que todos os Conselheiros possam aprovar no Conselho.

A Sra. Presidente:- Desculpa, Arthur, mas o pedido de vistas foi feito pautado no protocolo que está vigente, que foi apresentado hoje. Inclusive o processo já foi enviado para vocês. Quanto ao Ibama, ok., a gente vai fazer a solicitação, quando retornar o protocolo que agora está sobrestado para vocês, quando retornar, a Cultura fará o pronunciamento. Essa é a ordem e a sequência pelo Regimento.

O Sr. Conselheiro Luiz Arthur Klas Gineste da Conceição (CEDEA):- Mas nós entendemos que o processo para ser analisado no completo tem que ter o parecer da Secretaria de Cultura. Não tem como a gente fazer..., porque a Serra do Mar está tombada pelo Patrimônio. Então, a gente precisa ter a análise da

Secretaria de Cultura para poder fazer a aprovação completa no Colit. Fica solto isso aí.

A Sra. Presidente:- Arthur, eu entendo a sua colocação, mas, como eu lhe falei, tem um rito, o que vem antes e o que vem depois. Então, se tivesse sido feita uma solicitação por meio da Secretaria da Cultura para que eles fizessem a apresentação, enfim, tem uma ordem. A partir do momento que o protocolo foi pedido vistas e ele está sobrestado, a ordem agora é a análise do pedido de vistas e só depois disso eu posso disponibilizar o protocolo para outra entidade. Infelizmente, é o rito administrativo. Então, eu não sei muito bem, Lari, porque o rito administrativo é esse, não sei se tem alguma outra solução, mas no meu entendimento e em todos os outros Conselhos a gente tem conduzido desta forma. A partir do momento que pede vistas é em cima daquele material que foi entregue aos Conselheiros e o pedido de vistas ali. Toda e qualquer alteração na documentação é após esse retorno no prazo de quinze dias. Lari, você quer falar?

A Sra. Secretária Executiva:- Sim. Exatamente, Diretora, a gente não pode pedir vistas de um material que nem foi apresentado nem para a Secretaria nem para o Conselho. Então, seria como se a gente tivesse pedindo vistas de algo que nem existe ainda pra gente. Eu entendo a solicitação do Conselheiro, só que o que foi apresentado aqui hoje foi o protocolo e o que a Secretaria da Cultura e Comunicação apresentou, é algo interno deles que ainda nem chegou no protocolo e nem ao nosso conhecimento.

A Sra. Presidente:- Então, é isso. Nós vamos encaminhar para vocês o que está vigente, a parte do processo que vocês pediram vistas e será encaminhado, quando retornar a gente dá o procedimento necessário. Maria Carolina, pois não?

A Sra. Maria Carolina Portes (ICMBio):- Desculpa, eu não entendi direito, como a gente faz para acessar o EIA/Rima. Ele vai ser enviado por e-mail ou tem que entrar no site do Ibama? Como é?

A Sra. Secretária Executiva:- Nós vamos oficializar o Ibama solicitando o EIA/Rima para que os Conselheiros possam dar sequência à análise. Quando o EIA/Rima for disponibilizado, isso vai depender da forma como o Ibama vai

disponibilizar, não tenho como dizer se ele vai disponibilizar por um link ou se vai encaminhar pra gente por e-mail, daí a gente vai disponibilizar para vocês.

A Sra. Maria Carolina Portes (ICMBio):- Está bom, obrigada.

O Sr. Conselheiro Luiz Arthur Klas Gineste da Conceição (CEDEA):- Com licença, Presidente.

A Sra. Presidente:- Desculpa, Arthur, mas o Juliano estava com a mão levantada.

O Sr. Conselheiro Luiz Arthur Klas Gineste da Conceição (CEDEA):- Desculpa.

O Sr. Conselheiro Juliano Dobis (MarBrasil):- Desculpa, eu desisti da pergunta.

A Sra. Presidente:- Então, está bom. Arthur.

O Sr. Conselheiro Luiz Arthur Klas Gineste da Conceição (CEDEA):- Presidente, até um dos motivos, uma das justificativas do nosso pedido de vistas, já vou deixar claro para o ICMBio aqui, porque não encontramos o parecer do ICMBio, porque ele aborda o Saint-Hilaire/Lange e o Guaricana. Esse é um dos nossos motivos que a gente pediu, porque a gente não encontrou isso. Então, depois a gente vai conversar com o ICMBio, porque existe uma normativa do ICMBio que necessita do parecer do órgão para que seja aprovado qualquer tipo de licenciamento. O Ibama tem suas prerrogativas, mas o ICMBio, como órgão federal, também tem suas prerrogativas, porque faz fluência do Parque Nacional do Saint-Hilaire/Lange e do Parque Nacional do Guaricana. Então, por isso que estamos pedindo vistas, Presidente. Obrigado.

A Sra. Maria Carolina Portes (ICMBio):- Não sei se eu posso falar, mas vai passar depois que o EIA/Rima for encaminhado ao Ibama. Daí o Ibama que encaminha para o ICMBio. O ICMBio fez sim, adicionou questões ao termo de referência. Isso veio pra gente. Agora essa parte do EIA/Rima ainda não, que eu saiba.

A Sra. Presidente:- Ok. Esse tema então está sobrestado, na próxima reunião a gente volta a falar sobre isso.

O Sr. Conselheiro Luiz Arthur Klas Gineste da Conceição (CEDEA):- Está muito confuso. Está bem confuso esse processo aí.

A Sra. Presidente:- Perfeito. Mas agora, com o pedido de vistas, vocês podem propor um novo ordenamento.

O próximo item é a proposta do Sumário Executivo para o Plano de Gerenciamento Costeiro, aprovação do projeto. Quem fará a apresentação desse Sumário Executivo é a Larisseane. Então, Larisseane, eu passo para você, por favor, a palavra para que faça essa apresentação.

A Sra. Secretária Executiva:- Hoje vocês vão enjoar de me ver aqui. Obrigada, Diretora. Então, como foi falado inicialmente na reunião, quando estávamos relatando os trabalhos do Colit, a gente teve reuniões da Câmara Técnica de Gerenciamento Costeiro e a Câmara Técnica, por ter uma certa independência, continuou fazendo as reuniões mesmo em período de pandemia.

Ali na página inicial do Colit, eu vou projetar aqui para vocês, a gente tem acesso nas Câmaras Técnicas às reuniões do Gerenciamento Costeiro. Apesar da pandemia não permitir que a gente fizesse as reuniões presenciais, durante uma época do ano passado, houve reuniões presenciais da CT de Gerenciamento Costeiro e uma dessas demandas, que é uma incumbência do Colit, é a produção de um Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro. É de conhecimento, acredito que da maioria, foi estabelecido em decreto, que o Colit deve dar andamento a esse Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro.

Como esse Plano de Gerenciamento Costeiro está muito tempo parado, inclusive tem um decreto do Governador Jaime Lerner que disponibilizou um orçamento para fazer esse Plano de Gerenciamento Costeiro, foi dado início aos trabalhos, a CT de Gerenciamento Costeiro fez um grupo de trabalho para fazer um termo de referência para a gente dar andamento a esse Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro.

Então, esse grupo de trabalho se reuniu em três oportunidades com diversas entidades, entidades todas técnicas. Como foi feito em um período que ainda não estava se usando vídeo, a gente tem as atas disponibilizadas, as atas que estão nomeando as pessoas. Inclusive essa última que eu abri foi realizada por Skype,

mas eu não tenho o registro dela por vídeo, não sei qual pessoa ficou responsável por esse vídeo, todos os vídeos que foram feitos, enquanto eu estava representando o Colit, estão publicados. Depois dessas três oportunidades, foi feito um Sumário Executivo que foi anexado na memória da quinta reunião da Câmara Técnica e que vocês receberam por e-mail.

Então, agora vou explicar para vocês o caminho que a gente precisa fazer, antes de conversar sobre o Sumário Executivo.

Então, como falei para vocês inicialmente, a criação desse Plano Estadual é uma incumbência do Colit, que já estava parada há muito tempo, e ela veio aí de novo em pauta, não só por causa da Câmara Técnica, mas por causa de demandas externas. Pra gente poder executar esse plano, aliás começar a fazer esse plano, a gente precisa de um termo de referência que vai dizer o que esse plano precisa abordar. E, após esse termo de referência aprovado, a gente precisa fazer uma licitação, porque um plano estabelece metas, objetivos a curto, médio e longo prazo, e, fazendo essa licitação, a gente vai contratar uma empresa especializada para fazer a construção desse plano. Por quê? Porque é um plano muito complexo. Um plano estadual tem que ser aprovado por meio de decreto, com falei para vocês, tem metas, então não é possível fazer um plano estadual no âmbito de uma Secretaria só, porque abrange muitos aspectos que só uma Secretaria, só uma equipe ou só um setor não seria capaz de abordar.

Então, o caminho é esse: fazer o termo de referência, fazer a licitação, contratar uma empresa e essa empresa vai criar o nosso Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro com base no Sumário Executivo, que foi trazido para vocês. E, após a gente ter esse plano prévio, o plano vai voltar para cá para ser aprovado pelo pleno para que, só depois, a gente possa realmente publicar o plano e basear as metas do Colit do Estado, com base no que o plano vai propor.

O Sumário Executivo, como eu falei, foi feito pela Câmara Técnica. A Câmara Técnica não é deliberativa, ela dá uma sugestão para o Conselho e o Conselho decide se acata ou não. Eu acredito que não vale a pena eu ler na íntegra aqui, mas só para deixar registrado o que o Sumário Executivo tende a propor. Ele atende a propor a fase um, que é a setorização geográfica; a fase dois, que é

reestruturação da governança; a fase três, que é o sistema de monitoramento integrado; e fase quatro que é o Zoneamento Ecológico, Econômico Costeiro. Daí aqui, em cada fase tem o que se espera de cada fase, o que se espera que a empresa contratada aborde e, no final, a gente tem um quadro aqui dos prazos que se espera conseguir a execução desse plano.

Aqui a gente tem a fase um, setorização geográfica e diagnóstico, que é a delimitação do que seria a região costeira aqui do Paraná, tem o diagnóstico territorial complexo para a área de gestão territorial, tanto da parte federativa quanto normativa e ecossistêmica; aqui tem toda a base legal; tem a fase dois, que é o diagnóstico de governança, os diversos itens que devem ser abordados no Plano de Gerenciamento Costeiro; tem a fase três, que é o monitoramento integrado de diagnóstico que após a setorização, administração e o diagnóstico da governança, pretende monitorar o que acontece na área costeira aqui do Paraná, com base no Sistema de Gerenciamento Costeiro, no Sistema de Meio Ambiente e outros. E provavelmente a gente vai definir outras coisas na fase quatro com a Câmara Técnica de Gerenciamento Costeiro para acompanhar os resultados preliminares. Tudo isso foi trazido para vocês, conforme eu falei, não por ser uma deliberação da Câmara Técnica, é uma sugestão de Sumário Executivo. A gente, após aprovação, se os Conselheiros entenderem que é necessário fazer um novo grupo de trabalho para análise ou que é necessário criar um novo Sumário Executivo, pode ser reanalisado, mas eu asseguro para vocês que foi um grande empenho da equipe, dos técnicos, para sistematizar esse Sumário Executivo pra gente conseguir dar o start nesse plano, que está parado há tanto tempo.

A Sra. Presidente:- É isso, Lari?

A Sra. Secretária Executiva:- Sim.

A Sra. Presidente:- Então, eu coloco em discussão as questões que forem relacionadas à proposta do Sumário Executivo para o Plano de Gerenciamento Costeiro. Quem quiser se manifestar, por favor, que erga a mão ou peça a palavra. (Pausa). O Sr. Edmir está falando? Acho que o senhor está com o microfone fechado.

O Sr. Conselheiro Edmir:- O Gerenciamento Costeiro vai ser discutido para ano que vem, não é isso?

A Sra. Presidente:- Sim, é isso.

O Sr. Conselheiro Edmir:- Então, vou esperar. Quando nós começarmos a discutir o Gerenciamento Costeiro a Federação dos Pescadores participar e poder ajudar.

A Sra. Presidente:- Perfeito. Muito obrigada. Lari?

A Sra. Secretária Executiva:- Desculpa, Diretora, esqueci de levantar a mão.

A Sra. Presidente:- Imagina, pode falar, por favor.

A Sra. Secretária Executiva:- O objetivo dessa apresentação é a gente dar start nesse projeto, porque a gente não pode solicitar orçamento da SEFA, a gente não pode iniciar o processo de licitação sem ter a aprovação dessa proposta pelo Conselho, para que a gente inicie a contratação e realmente apresente os resultados para vocês.

A Sra. Presidente:- Obrigada, Lari. Em não havendo mais ninguém que queira discutir esse assunto, eu coloco, então, em aprovação...

A Sra. Conselheira Josiane Silva (SPU):- Eu gostaria, por favor, só o esclarecimento de uma dúvida.

A Sra. Presidente:- Pois não. Você precisa falar o seu nome e a sua instituição.

A Sra. Conselheira Josiane Silva (SPU):- Eu gostaria de, na verdade, ter acesso ao documento, os detalhes do documento.

A Sra. Presidente:- Lari, ele está disponível na página, esses documentos? Ele foi enviado por e-mail quando da convocação?

A Sra. Secretária Executiva:- Sim, foi enviado, está disponível no site. Como eu falei para vocês, foi feito com base num grupo de trabalho, o grupo de trabalho, a gente tem o registro das atas das reuniões do grupo de trabalho. Depois que saiu do grupo de trabalho, ele foi para a Câmara Técnica para aprovação da Câmara Técnica e o resultado final foi esse, o Sumário Executivo. Pelas atas você consegue acompanhar as discussões, os passos que foram tomados. Fora isso, não teve mais nenhum produto, porque o produto vai depender da aprovação do pleno

desse Sumário Executivo para que a gente possa iniciar os trâmites para realmente fazer o plano estadual. A gente não tem esboço do plano estadual, a gente não tem uma empresa contratada, a gente não tem um resultado para apresentar. O que a gente está trazendo aqui para vocês é uma proposta, porque é uma incumbência do Colit fazer esse plano estadual, é uma proposta, para que a gente dê o start nesse plano estadual.

A Sra. Conselheira Josiane Silva (CPU):- Entendi. Obrigada.

A Sra. Presidente:- Ok. Em não havendo mais nenhuma manifestação, então, quanto à discussão do tema Sumário Executivo para o Plano de Gerenciamento Costeiro, eu coloco em votação essa proposta do Sumário Executivo. Os que são favoráveis permaneçam como estão, os contrários que se manifestem. (Pausa). Então, está APROVADA a proposta do Sumário Executivo para o Plano de Gerenciamento Costeiro.

Agora, chegamos ao fim da pauta com outros Assuntos. Nós tivemos os inscritos, que a Lari já vai chamar pela ordem, mas me foi feita uma solicitação, que é um Plano Diretor de Paranaguá - diretrizes e propostas para uma cidade sustentável.

A Sra. Secretária Executiva:- Com licença, Diretora, o Jean Carlos do IAT está presente e a gente pode retornar ao ponto de pauta da PR-405.

A Sra. Presidente:- Claro, me desculpe, eu esqueci de perguntar. Então, com a presença do Jean, agora retomamos o relato do grupo de trabalho referente a PR-405. E eu passo a palavra ao Jean Carlos, que fará a explanação das atividades que foram feitas por esse grupo de trabalho. Jean, por favor, você tem a palavra.

O Sr. Jean Carlos (IAT):- Ok. Boa tarde a todos. Por convite do Colit, vamos fazer uma breve apresentação do resultado do GT que foi criado através do Colit pelo Gerco com relação ao termo de referência da pavimentação da PR-405. Uma rápida explanação sobre os trâmites que foram realizados. A SEIL, através do DER, solicitou no ano de 2010 e obteve do Instituto Ambiental do Paraná, à época, um termo de referência para a elaboração do EIA/Rima para a pavimentação da PR-405. Com base nesse termo de referência que foi entrega à época, o DER fez as contratações devidas, contratou a empresa Engemin, através de processo

licitatório, e a empresa Engemin, à época, apresentou o plano de trabalho e, por decisão do Governo, acabou não sendo executada a pavimentação.

No ano de 2019, a SEIL, através do DER, novamente voltou ao processo de pavimentação da PR-405, apresentando uma proposta de termo de referência ao IAT, colocando uma visão atualizada sobre o termo de referência lá de 2010 e agrupado também com o termo de referência de 2015, que ele está anexo à Resolução 046/2015, que trata do empreendimento viário. Então, esses dois termos de referência foram colocados à disposição do IAT para se manifestar em relação às considerações que tanto a Engemin, que é a empresa consultora, quanto à Universidade Federal do Paraná, que também fez as contribuições ao TR. Só uma correção, não foi 2019, foi 2020

Então, com base nisso, o IAT, dentro do tempo dele, restou de uma atualização do termo de referência e em maio de 2021, agora, apresentou um novo termo de referência. Então, como podemos observar, nós temos um termo de referência defasado de 2010, o outro também defasado de 2015 e um de 2021 atualizado. Com base nesses três documentos e em decorrência de várias discussões que tiveram com esse GT do termo de referência junto ao Gerco, nós chegamos a um resultado final na qual foram gerados dois documentos por parte do IAT.

O primeiro é a informação processual n.º 072/2021, agora de agosto, na qual o IAT, através da equipe técnica, fez uma análise minuciosa nessas considerações que tanto a Universidade Federal quanto a Engemin realizou, e essa informação processual trouxe um entendimento de que todas as contribuições realizadas e todas as sugestões ao TR, colocadas ali, foram devidamente aprovadas pela equipe técnica, apesar de que a equipe técnica, como um todo, não é a mesma que possivelmente vai avaliar esse EIA/Rima no momento do protocolo, por parte do DER e SEIL, porque o processo de licenciamento não está aberto ainda. O que tem em aberto é um protocolo, no qual estão sendo anexados todos esses encaminhamentos, o protocolo é número 16.741.394-3.

Em decorrência dessa informação processual, foi encaminhado cópia ao DER e SEIL, com cópia também à Engemin, informando o posicionamento técnico

do Instituto Água e Terra. Posterior a esse documento e na reunião realizada pelo Gerco no mês de outubro, foi feita uma reunião do Gerco, na qual nós participamos também, e o IAT foi indagado com relação as contribuições feitas pelo terceiro setor também. Então, nós, com base nessa solicitação do terceiro setor e também do Ministério Público Estadual, GAEMA de Paranaguá, foi feita uma nova informação processual, a 083/21, em novembro, agora, tratando especificamente das contribuições do terceiro setor, na qual a equipe técnica também se debruçou item por item e fez uma avaliação geral que culminou com o entendimento que todas as contribuições realizadas são pertinentes e essa pertinência deve ser levada em consideração tanto pelo DER, como empreendedor, quanto por parte da empresa que vai elaborar o EIA/Rima, todas essas considerações. Então, foi oficiado ao DER e SEIL, com relação tanto à informação processual 72, que é a da Engemin e a Federal do Paraná, quanto a 83, que foi oficiada em novembro, sobre o terceiro setor.

Agregado a isso ainda, em relação ao termo de referência, foram feitas considerações e sugestões por parte do Instituto de Engenharia do Estado do Paraná, através do Ofício 490/21, o IAT oficiou o DER também que se contemplassem essas observações feitas pelo Instituto de Engenharia ao TR; e, também, o ICMBio se manifestou, devidamente, e fez uma série de contribuições, e também o próprio DEIL e o ICR foram oficiados, através de Ofício 455, em setembro, para que essas considerações do ICMBio fossem levadas em consideração também na análise, no desenvolvimento do EIA/Rima.

Então, de forma geral e bem sucinta, esses foram os encaminhamentos em decorrência do GT criado pelo Gerco e através do Colit, agregando a todo esse processo de discussão relativo ao termo de referência da pavimentação da PR-405. Ficamos à disposição, se alguém tiver alguma dúvida.

A Sra. Presidente:- Obrigada, Jean. Esse tema, então, é um relatório, não é um tema que nós vamos colocar em votação, ele só foi uma apresentação, então, eu abro, de toda forma, para discussão. Se alguém tiver alguma dúvida ou algum comentário que gostaria de fazer, como o Jean disse, ele está à disposição. Alguém gostaria de comentar alguma questão relacionada às atividades do grupo de

trabalho referente à PR-405? (Pausa). Em não havendo nenhum interessado, Jean, eu lhe agradeço pelo seu tempo, à sua disponibilidade de compartilhar conosco esse relatório.

Passamos, então, para o último item da pauta, que são os outros assuntos. Temos um pedido do Plano Diretor de Paranaguá - diretrizes e propostas para uma cidade sustentável. Não foi agendado previamente, então eu consulto e convido se o Conselheiro, que representa o município de Paranaguá, tem interesse em explanar sobre esse assunto do plano diretor?

O Sr. Conselheiro Vinícius Yugi Higashi (PM Paranaguá):- Boa tarde. Aqui é o Vinícius, de Paranaguá, eu sou Secretário de Meio Ambiente. Para falar a verdade, ser bem franco com vocês, eu não tinha me preparado para fazer esse tipo de apresentação, mas eu acompanhei os debates iniciais com relação à fala do prefeito de Guaratuba, o esclarecimento por parte da Larisseane, e aqui em Paranaguá a gente já está no final da fase quatro.

Aqui foram quatro fases na revisão do PDDI. Esse processo foi enviado pela Fabiana, a coordenadora da Câmara Técnica aqui do município, que está acompanhando os trabalhos da empresa contratada, e ela mandou esse material referente à fase três, foi no final de maio, se eu não me engano, ou final de abril, pelo o que eu me lembro de ter visto os materiais em anexo do e-mail de convocação. Então, de lá para cá, a gente já avançou, essa fase três foi levada em audiência pública, esse material foi enviado para audiência pública, não sei se houve comunicação com a Fabiana ou não. E, também, pelo que eu estou vendo, como não foi trazido como um anexo para essa nossa reunião atual, eu acho que ela acabou não enviando o material referente à fase quatro, porque a fase quatro teve audiência pública no dia 1º de dezembro. Mas só para sucintamente dar um panorama mais geral de como anda a revisão do plano diretor aqui de Paranaguá.

Eu também fiquei um pouco em dúvida sobre qual seria realmente o papel do Colit frente à revisão do Plano Municipal de Urbanismo, de zoneamento, e, apesar do esclarecimento, ainda fiquei com algumas dúvidas. A minha intenção era chamar a Larisseane mesmo ou a Fabiana no particular, pra gente ver realmente, como a gente já está em um status bem avançado, a nossa última etapa

a ser cumprida agora é a Conferência Municipal, para realmente a gente quase dar como finalizados os trabalhos aqui em Paranaguá, de revisão do plano diretor. Mas, eu também fico à disposição de vocês, se quiserem conversar agora já no meio da reunião, para mim não tem problema, apesar de eu não ser realmente membro da Câmara Técnica de Acompanhamento, está sendo todo capitaneado pela Secretaria de Urbanismo.

A Sra. Presidente:- Obrigada, Vinícius. Eu tenho uma sugestão, então, que a gente pudesse deliberar pela criação de um grupo de trabalho para análise e apresentação desse relatório na próxima reunião ordinária. Não sei se vocês acham que é pertinente ou não?

O Sr. Vinícius:- Eu posso levar o que for definido, debatido, aqui na reunião de hoje para o pessoal que está realmente tocando mais o trabalho, por mim não teria problema.

A Sra. Presidente:- Lari, nós temos alguma questão para apresentar hoje?

A Sra. Secretária Executiva:- Acredito que para conhecimento não só do município de Paranaguá, mas para todos os municípios que vão fazer no decorrer dos anos as suas atualizações do plano diretor, a lei estabelece que, obrigatoriamente, todos os planos diretores têm que passar pela aprovação do Colit. Seria fundamental que nessas audiências públicas o Colit tivesse sido convidado para participar, que ele tivesse sido convidado para interagir junto com esse grupo de trabalho, para acompanhar a produção desse novo plano gestor, ainda mais para que não entre em conflito as leis estaduais com as leis municipais. Porque é muito complicado pra gente quando o município estabelece um regramento de zoneamento e daí o empreendedor chega pra gente, falando que o município faz de um jeito e a gente tem que falar que o decreto estadual estabelece de outra forma.

Então, é importante esse diálogo do município e do Colit, para que não fiquem arestas e nem divergências entre os dois órgãos. É por isso que é importante e, além disso, é importante ressaltar que é obrigatório a apresentação do plano diretor tanto no Colit quanto à participação na estruturação desse plano.

O Sr. Conselheiro Vinícius Yugi Higashi (PM Paranaguá):- Certo. Como eu disse, nessa etapa pré-fase três, houve o envio do material e o convite à participação. Não sei se houve um retorno para a nossa Presidente da Comissão Municipal, e também não sei se ela enviou o material pré-fase quatro. Não houve?

A Sra. Secretária Executiva:- Houve o encaminhamento desse protocolo, que foi o protocolo que foi anexado. Esse protocolo já estava prevendo as audiências públicas, então já tinha dado um *start* no trabalho, mas, antes das audiências públicas, a gente tinha que levar ao conhecimento do Colit, para ver se a gente cria um grupo de trabalho para acompanhar tudo isso, porque é um trabalho complexo, tanto é que vocês estão trabalhando há algum tempo nisso, e, por isso, a gente trouxe aqui para o plenário, tanto para conhecimento quanto para gente ver a possibilidade da criação do grupo de trabalho para fazer o acompanhamento junto com vocês.

O Sr. Conselheiro Vinícius Yugi Higashi (PM Paranaguá):- Mas a criação do grupo de trabalho vai ser para próxima reunião? Já está marcada a próxima reunião?

A Sra. Secretária Executiva:- A diretora acabou de propor a criação do grupo de trabalho nesse momento.

O Sr. Conselheiro Vinícius Yugi Higashi (PM Paranaguá):- Isso, mas na próxima reunião, não hoje?

A Sra. Presidente:- Isso. Aí, se for definido, porque precisa haver consenso, se for aprovado que seja criado esse grupo de trabalho para acompanhar, quem tiver interesse em participar, nos encaminhe um e-mail, a gente monta o grupo, para que vocês trabalhem em parceria, porque já na próxima reunião o assunto tem que ser apreciado, na próxima reunião ordinária, que vai ser no início do ano que vem. Mas é um trabalho conjunto, entre o grupo de trabalho e o que vocês já estão fazendo. Só para acompanhar e dar auxílio, caso fosse necessário, isso se os Conselheiros e Conselheiras entenderem que é necessário, senão a gente deixa efetivamente por conta do grupo da prefeitura que já está fazendo, mas com o devido compromisso, então a proposta deverá ser apreciada para deliberação final na primeira reunião ordinária de 2022.

O Sr. Conselheiro Luiz Arthur Klas Gineste da Conceição (CEDEA):-
Presidente?

A Sra. Presidente:- Pois não, Arthur?

O Sr. Conselheiro Luiz Arthur Klas Gineste da Conceição (CEDEA):-
Então, como já vai ter uma deliberação do grupo de trabalho, o município não corre
risco de ter vista também. Não corre risco de que a entidade peça vistas, então
facilita para o município a criação do grupo de trabalho, como a senhora propôs.
Eu acho mais cabível o grupo de trabalho auxiliar o município, como sempre teve
nos outros planos diretores, como foi criado aqui. Obrigado, Presidente.

A Sra. Presidente:- Eu que agradeço, Arthur. A proposta efetivamente é
nesse sentido mesmo, é para apoio e auxílio ao município. Então, eu vou colocar
em votação a criação desse grupo do trabalho. Os que são favoráveis permaneçam
como estão, os contrários que se manifestem. (Pausa).

O Sr. Conselheiro Vinícius Yugi Higashi (PM Paranaguá):- Eu me
manifesto contrário, Paranaguá.

A Sra. Presidente:- Contrário? Perfeito. Então, para deixar o registro. Mais
algum voto contrário?

O Sr. Conselheiro Luiz Arthur Klas Gineste da Conceição (CEDEA):-
Quem se manifestou contrário, Presidente?

A Sra. Presidente:- O Vinícius, da Prefeitura de Paranaguá.

O Sr. Conselheiro Luiz Arthur Klas Gineste da Conceição (CEDEA):-
Então, tá, para deixar registrado, porque a gente está falando e a gente não sabe
aqui.

A Sra. Presidente:- Perfeito. Então, com o voto contrário, para deixar
registrado em ata, do Vinícius da Prefeitura de Paranaguá, a gente vai criar esse
grupo de trabalho para fazer o acompanhamento do novo plano de diretor de
Paranaguá - diretrizes e propostas para uma cidade sustentável. Nós vamos
encaminhar o e-mail solicitando que quem queira participar desse grupo, faça sua
inscrição.

Passamos, assim, para a Tribuna Livre. A Lari vai repassar o nome dos inscritos, lembrando que nós temos quinze minutos no total. Quantos inscritos nós temos, Lari?

A Sra. Secretária Executiva:- Temos dois inscritos, o Arthur, representante do CEDEA, e o Fernando Armani.

A Sra. Presidente:- Perfeito. Tem uma mensagem ali no chat, que é a do Jackson, de Pontal do Paraná, eu não sei se seria alguma inscrição, porque só tem o nome. Se o Jackson depois puder confirmar se é uma inscrição ou não, a gente agradece.

A Sra. Secretária Executiva:- Ele está com a mão levantada.

A Sra. Presidente:- Então, Jackson, por favor.

O Sr. Conselheiro Jackson César Bassfield (Pontal do Paraná):- Boa tarde. É uma satisfação, eu falo aqui do município de Pontal do Paraná, sou Secretário do Meio Ambiente, de Agricultura e Pesca. Acho que, por alguma falha de comunicação ao longo do processo das indicações, acabou se perdendo no meio as indicações aqui no município. Obviamente, no caso a titularidade do Prefeito Rudão Gimenes Filho, e no caso da suplência, o meu nome é Jackson César Bassfield. Então, quando a reunião já tinha começado é que eu tive ciência por parte do gabinete, que chegou um convite via e-mail do gabinete. No entanto, eu percebi que ao longo dos convidados, não tinham sido feitas as nomeações dos representantes do município de Pontal do Paraná.

Então, gostaria que essa questão possa ser refeita junto à Secretaria Executiva e que talvez no privado ou em contatos posteriores, a gente reveja essa situação. No entanto, foi encaminhado um e-mail quando nos chegou a solicitação das indicações e, por alguma razão, acho que isso se perdeu ao longo do processo. Seria isso. Obrigado pela atenção.

A Sra. Presidente:- Obrigada, Jackson, já está anotado. Então, nós temos dois pedidos de palavra na Tribuna Livre, são quinze minutos no total, então nós temos sete minutos e meio para os dois inscritos. O primeiro é o Arthur, Lari? (Assentimento). Então, Conselheiro Arthur, por favor, o senhor tem a palavra por sete minutos e meio.

O Sr. Conselheiro Luiz Arthur Klas Gineste da Conceição (CEDEA):- Rapidamente, dizer que, num conjunto de entidades, a gente é totalmente a favor da estrada de Guaraqueçaba, porque até o município sofre muito com a atual estrada de barro. E a gente sempre tenta colaborar o máximo que tenha uma estrada, como se fosse quase uma estrada parque, porque passa dentro de uma unidade de conservação grande, que é a APA de Guaraqueçaba, enfim. Existem várias unidades federais dentro dessa APA, então a gente queria dizer que a gente é a favor dessa estrada, mas que sempre o ICMBio, todas entidades, sempre respeite aquilo que é de ética ambiental, que favorece a comunidade, mas também não venha fazer qualquer dano ao meio ambiente. Esse é o primeiro ponto.

O segundo ponto, eu solicito à Presidente e solicito também a todos os Conselheiros, que a gente se manifeste sobre a questão da engorda de Matinhos, que tem que vir para este Conselho. A engorda de Matinhos é uma necessidade para que esse Conselho avalie. Se nós estamos avaliando a Ferroeste, se nós estamos avaliando a estrada, estamos avaliando todos os outros grandes empreendimentos, a engorda de Matinhos poderia vir aqui. Até evitava ação judicial contra a instituição judicial federal, teria evitado busca e apreensão pelo Gaeco, teria evitado um monte de coisa se tivesse vindo para esse Conselho para avaliar. E, claro, este Conselho faria o maior esforço possível para aprovar um projeto adequado e um projeto condizente com as necessidades do litoral.

Então, a engorda de Matinhos necessita vir para este Conselho. Esse é um ponto que eu tenho que manifestar e que o Governo está errando em não mandar para o Colit, porque a lei do Colit é clara, como eu falei inicialmente, o Jaime Lerner, quando criou essa lei, tinha o intuito, e com os parlamentares, de qualquer mudança paisagística e urbanística deveria passar por um ordenamento, passar por uma organização, enfim. Então, o Governo do Paraná está errando, sim, em não mandar para o Colit.

Essas são as minhas considerações, Presidente, e queria desejar, desde já, um Feliz Natal, um Feliz Ano Novo, e também a todos os Conselheiros. Um grande abraço a todos. Lari, que você tenha com saúde o seu filho e também passe um Feliz Natal e Feliz Ano Novo.

A Sra. Presidente:- Obrigada, Conselheiro Arthur. Da mesma forma, retribuímos os mesmos votos. Lari, quem que é o próximo inscrito?

A Sra. Secretária Executiva:- O próximo inscrito é o Fernando Armani. Mas sobre a questão do Arthur, talvez o Rodolfo Angulo queira comentar, não sei se a gente já passa a palavra para o Fernando ou é o mesmo assunto?

A Sra. Presidente:- Rodolfo, agora que eu vi, desculpa, eu não tinha visto a sua mão. Por favor, então, pode falar.

O Sr. Conselheiro Rodolfo Angulo (UFPR):- Só reforçando a colocação do Arthur, que o grupo da universidade está e como se sabe (inaudível) discussões a respeito dessa orla que perguntei no começo da reunião. Para mim erra muito (inaudível) não ter passado pelo Colit essa obra de tal envergadura. Eu participei da primeira reunião do Colit lá nos anos 80 que tratava de questões de erosão costeira...

O Sr. Conselheiro (Não se identificou):- Não estamos ouvindo.

A Sra. Secretária Executiva:- Ele solicitou que falasse um pouquinho mais alto.

O Sr. Conselheiro (Não se identificou):- Está baixo o som.

O Sr. Conselheiro Rodolfo Angulo (UFPR):- Está me ouvindo melhor, agora? (Assentimento). Eu tirei o fone de ouvido. Eu estava falando de que eu participei da primeira e da segunda reunião do Colit nos anos 80, que se tratou do problema da erosão costeira, eu ainda era funcionário do Iparde. E, então, eu concordo com o Arthur que a gente devesse participar de uma ampla discussão no Colit, que é um fórum muito adequado para discutir esse tipo de coisa, a gente teria poupado muitos dissabores, muitas discussões, muitos relatórios técnicos. Então, eu faço o pedido, igual ao Arthur, de que o Governo traga para o Conselho essa obra, muito boa a ideia geral, mas com alguns problemas sérios que devem ser discutidos, e nós também queremos o desenvolvimento, (inaudível) o desenvolvimento. É uma posição técnica de melhor fazer obras de acordo com as melhores técnicas disponíveis no mundo.

E vocês acabaram de ver o que aconteceu lá em Camboriú, uma obra que aparentemente tem tido sucesso, então nós podemos fazer a mesma coisa. Só que,

como estava (inaudível), a gente levantou uma série de problemas bastante sérios e que podem afetar outros municípios, podem trazer problemas a média e a longo prazo. Então, nós somos a favor de obras, mas essa obra tem alguns problemas. Então, uma discussão entre todos os técnicos, entre todos os envolvidos, acho que essas coisas se resolvem, senão fica um dizendo uma coisa e outro dizendo outra.

Quero dizer que a universidade está muito atenta a isto, tem um grupo de discussão, nós Conselheiros vamos levar tudo o que foi discutido aqui para o grupo, ao GT criado pela reitoria para assuntos do litoral. Então, a gente vai acompanhar todos os processos. Acho que o Colit é um grande fórum onde a gente pode resolver estas questões. Então, faço esse pedido para que o Governo traga este e outros assuntos, como o da Ferroeste, fica muito bom a gente poder discutir essas grandes obras dentro deste fórum. Então, é isso.

A Sra. Presidente:- Obrigada, Sr. Rodolfo. Passamos, então, se ninguém mais tiver nenhum comentário desse tema, eu passo então para o próximo inscrito.

O Sr. Conselheiro Fernando Armani:- Estão me ouvindo? (Assentimento). Senhora Fabiana, Larisseane, demais Conselheiros e Conselheiras, boa tarde. O assunto que eu trago aqui é sobre os resíduos sólidos.

Primeiro eu quero parabenizar o Estado pelos programas e instrumentos que vocês têm instituído para resolver os problemas relacionados aos resíduos sólidos no Estado, mas eu também quero lhes relatar aqui a minha preocupação, pois os municípios devem ter os seus planos de resíduos, mas para que esses instrumentos sejam de fato documentos norteadores e que tragam oportunidades para os municípios, em regiões turísticas como no nosso litoral, esses planos têm que ser muito bem desenvolvidos. Então, esses planos têm que contemplar informações detalhadas da alta e da baixa temporada, alguns municípios têm que fazer levantamento de unidades de conservação, em ilhas e isso tudo acaba encarecendo demais esses planos.

O que eu vejo são planos de resíduos com informações básicas, que até cabem bem para o município do interior, mas para o litoral, que tem uma dinâmica populacional e do comércio bastante peculiar, eu considero que seja suficiente e que a gente está perdendo uma oportunidade. Então, eu pergunto se há atualmente

alguma ação da Sedest para resolver essa questão regional dos resíduos sólidos, especificamente na elaboração de um Plano Regional de Resíduos Sólidos.

A Sra. Presidente:- Fernando, a questão dos resíduos sólidos a gente tem e foi aprovada há pouco toda a questão do gerenciamento por meio da lei. Então, a gente tinha o plano estadual, que nunca chegou a ser regulamentado, que nunca chegou a ter sido feita a lei à época. Então, alguns anos depois de lançado o plano estadual, a gente acabou fazendo a regulamentação da lei. Ela saiu agora há poucos meses, e, dentro de todo esse contexto, tem os grupos de prioridade de trabalho elencados com as temáticas. Então, a gente tem, por exemplo, toda a questão dos consórcios regionais, que é o apoio e subsídio à constituição de consórcios regionais para auxiliar os municípios menores que precisam de apoio para fazer a gestão dos resíduos e toda a questão da logística reversa, que é um outro grupo que está trabalhando fortemente em fazer os acordos setoriais, inclusive tem várias linhas de atuação.

Plano regional nós não temos braço e perna neste momento para fazer, infelizmente. Pra gente conseguir fazer o plano estadual já foi bastante complexo, porque a gente teve que rodar o Estado, ouvir todo mundo, fazer todo o levantamento e a nossa equipe é bem enxuta, então para tratar de toda essa temática, a gente tem várias frentes a serem abordadas, é uma equipe bem pequena. Então, o plano regional nesse momento não está no escopo, tirando a questão de fazer toda a questão dos consórcios, mas planos regionais não. A legislação prevê que os municípios precisam ter os Planos Municipais de Gerenciamento de Resíduos, a equipe pode subsidiar os municípios que forem fazer e necessitarem de auxílio.

Se a temática de resíduos for necessária para discutir, a gente pode, para a próxima reunião, mediante solicitação, trazer também a equipe aqui da Diretoria de Políticas Ambientais, que é quem cuida disso. Mas, nesse momento, o escopo está direcionado nos trabalhos pelas temáticas que nós temos que responder para o plano nacional. Então, a gente precisa responder sobre os acordos nacionais de logística reversa, a gente precisa responder por toda a questão da gestão dos resíduos nos municípios menores, a gente precisa responder por todo o processo

da cobrança. É uma meta grande que a gente tem nacionalmente da cobrança, que ela passa a ser por tarifa e não mais por taxa, como é feito hoje. Então, a gente tem alguns escopos que nós temos como meta para trabalhar, e dentro desse escopo, então, é assim que está sendo conduzido aqui na Secretaria.

O Sr. Conselheiro Fernando Armani:- Eu pergunto exatamente porque essa lei que refere ao Plano Estadual de Resíduos Sólidos é muito bem feita, aliás o plano, a plataforma contabilizando resíduos. Parabéns de novo! Nessa lei tem o Artigo 9º, Inciso III, que informa que o Estado poderá apoiar financeiramente os municípios para promover a elaboração de planos regionais de gestão de resíduos sólidos. Então, eu vejo que é uma oportunidade aos municípios do litoral requerer esse apoio e elaborar um plano integrado, e não necessariamente deixando com a Sedest, mas a Sedest, de repente, subsidiando.

A Sra. Presidente:- Isso. Esse item foi criado dentro do conceito dos consórcios. Então, com a criação dos consórcios, que até o litoral já tem o consórcio de resíduos constituído, então é só efetuar, a Amlipa, então, acho que efetivamente é só efetuar. Vocês precisam se organizar, efetivamente ver como é necessária a constituição desse grupo para fazer a elaboração desse trabalho regional e nos solicitar. Se o recurso estiver disponível para isso, em um determinado momento, todo esse recurso da questão dos resíduos sólidos, uma parte significativa deles está na LOA do próximo ano, então acho que é importante que vocês se mobilizem para fazer a apresentação de projeto.

O Sr. Conselheiro Fernando Armani:- Está ótimo. Muito obrigado. E também desejo um bom final de ano e, para a Larisseane, um bom final de gestação e que tudo ocorra muito bem.

A Sra. Secretária Executiva:- Obrigada. Diretora, acho que não temos mais nenhum inscrito, só tem uma pergunta da Maria Carolina sobre a possibilidade do Colit solicitar o processo da Orla de Matinhos. Acredito que não tem problema solicitar ao IAT, imagino que esse processo está no E-protocolo. Então, a gente vai fazer a solicitação, se for entendimento aqui do Conselho.

A Sra. Presidente:- Então, nós precisamos deliberar sobre isso. A Conselheira Maria Carolina sugere a solicitação do processo da Orla de Matinhos

ao Instituto Água e Terra, que é quem é o gestor desse processo. Eu coloco, então, em votação.

A Sra. Maria Carolina Portes (ICMBio):- Eu não sou Conselheira, eu só sou ouvinte, convidada, então eu não sei se eu posso sugerir.

A Sra. Presidente:- Então, não pode.

A Sra. Maria Carolina Portes (ICMBio):- Mas, como o Angulo falou e como o outro falou, eu coloquei lá no chat, então se algum deles sugerir.

A Sra. Presidente:- O Rodolfo? Isso? Está fazendo pedido?

O Sr. Conselheiro Rodolfo Angulo:- Isso.

A Sra. Presidente:- Então, colocamos em votação o pedido do Conselheiro Rodolfo para que seja enviada uma solicitação ao Instituto Água e Terra, para que eles encaminhem aos Conselheiros o protocolo da Orla de Matinhos. Os que são favoráveis permaneçam como estão, os contrários que se manifestem. (Pausa). Em não havendo nenhuma manifestação, então está APROVADO que seja solicitado ao Instituto Água e Terra que disponibilize aos Conselheiros do Colit o protocolo da Orla de Matinhos. Dessa forma, tendo vencidas todas... Pois não, Arthur?

O Sr. Conselheiro Luiz Arthur Klas Gineste da Conceição (CEDEA):- Porque é aprovado aqui, certo?, nós vamos encaminhar para o fórum de Matinhos, nós pedimos uma liminar lá, pedindo para retirar a liminar.

A Sra. Presidente:- Ok.

O Sr. Conselheiro Luiz Arthur Klas Gineste da Conceição (CEDEA):- Nós entramos com uma ação judicial, vamos pedir para deixar registrado em ata que nós vamos pedir para retirar a liminar pedindo a extinção do processo.

A Sra. Presidente:- Ok, deixamos registrado, Larisseane, em ata, então, a solicitação do Conselheiro Arthur.

Eu agradeço, tendo vencida toda a pauta eu agradeço a todas as senhoras e senhores Conselheiros deste Conselho de Desenvolvimento do Litoral. Eu peço que vocês, caso tenham alguma solicitação, alguma pauta para a próxima reunião ordinária, ela será feita no início do ano, então no início do ano que vocês nos encaminhem.

Desejo a todas e todos um ótimo final de ano, um excelente Natal e um excelente Ano Novo. Lari, queria, publicamente, agradecer o seu empenho, a sua dedicação. Nos próximos seis ou sete meses, nós tocaremos sem a sua competente e agradável presença, mas nos vemos, então, após o seu retorno da licença-maternidade. A todas e todos o nosso muito obrigado, em nome do Secretário, em nome da Secretaria e voltamos a nos ver no início do ano, então. Feliz Natal, Feliz Ano Novo e até breve! Tchau, tchau. (Está encerrada a reunião.)